



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE OLIVEIRA DO HOSPITAL, REALIZADA NO
DIA VINTE E CINCO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL
E ONZE.

Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e onze, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. António dos Santos Lopes.

Aberta a sessão, foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes o Sr. Dr. José António Madeira Dias, a Sra. Dra. Regina Manuela Passinho Ferrão, o Sr. Engº Rafael Sousa Costa, o Sr. Dr. Francisco José Marques Borges Garcia e o Sr. Aristides Gonçalves da Costa, tendo sido substituídos pelo Sr. Sebastião Monteiro Soares, o Sr. Prof. Nelson Nunes Ribeiro, o Sr. António Moreira Lopes, o Sr. Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo e o Sr. António da Silva Antunes, respectivamente.

A Sra. Dra. Ana Paula Ferreira Nobre também esteve ausente, tendo solicitado a justificação da sua falta, o que lhe foi deferido. Também se encontrava ausente a Sra. Dra. Sónia Teresa Coelho Correia Almeida Madeira, que não justificou a sua falta, pelo que lhe foi considerada injustificada.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II – Análise e discussão dos preços praticados e da política de tratamento de águas da empresa Águas do Zêzere e Cða.

III – Pedidos de isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis.

Iniciado o período de Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal fez a seguinte intervenção:

“Temos quatro actas para aprovar, das últimas quatro Assembleias. Íamos proceder a essa aprovação, se estiverem de acordo. Penso que não estou a cometer um erro se disser que já todas elas já foram aprovadas, no todo ou em parte, em minuta. Na última Assembleia, porque tinham sido entregues aqui duas muito em cima da hora, entendeu-se não pôr à votação. Essas duas mesmas actas apareceram-lhes em casa nestes últimos dias. Eu tinha mandado que fossem todas, para que tivessem a “memória mais fresca” mas, depois, houve aí um lapso. De qualquer forma, as três actas anteriores já estavam de vossa posse desde Dezembro e faltava esta, agora. Se alguém tiver algum reparo a fazer, faça o favor.”

Não tendo sido feito qualquer reparo por parte dos membros da Assembleia Municipal, foram colocadas à votação as actas de vinte e cinco de Setembro de dois mil e dez, de oito de Outubro de dois mil e dez, de dezanove de Novembro de dois mil e dez e de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dezassete de Dezembro de dois mil e dez, tendo sido todas aprovadas por maioria, respectivamente com uma abstenção, com duas abstenções, com duas abstenções e com cinco abstenções.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu:

“Quanto às actas ficamos conversados. Tive um reparo que não estavam publicadas no site mas não se podem lá publicar antes de estar aprovadas, como é evidente. Os membros desta Assembleia ainda mandam alguma coisa.”

Seguidamente, depois de feitas as inscrições para o período Antes da Ordem do Dia, foi dada a palavra à Sra. Dra Sónia Martins:

“Hoje estou aqui porque entendo que devo congratular esta Câmara pelas diligências que efectivou porque, no passado dia dois de Fevereiro, a Azuribérica retomou a laboração nas antigas instalações da H.B.C., com trabalhadores que, na sua maioria, são provenientes da H.B.C., que foram lançados para o desemprego e que retomaram, agora, os seus postos de trabalho.

É de salientar o empenho, a iniciativa e a dinâmica do Executivo presidido pelo Presidente da Câmara no desenrolar de todo o processo, das diligências que fez para que esta fábrica voltasse a laborar e retirasse do desemprego estes trabalhadores. Um combate feito pelo Presidente da Câmara desde o início do seu mandato, que foi o combate ao desemprego, e que louvo, tal como aconteceu com a Pousada de Santa Bárbara e com o Convento do Desagravo. Portanto, congratulo-me com este importante acontecimento no concelho, em que foram retirados trabalhadores do desemprego.

Também estou aqui para referir que é o segundo ano que o concelho de Oliveira do Hospital está representado na Bolsa de Turismo de Lisboa. Trata-se do maior evento do sector turístico realizado em Portugal. Uma boa iniciativa do Executivo, para dar a conhecer o nosso concelho e os nossos produtos, como o Queijo Serra da Estrela e outros.

Só com uma postura de coragem, de luta, de empenho e de entrega do nosso concelho, que não se conforma em ficar sentado na sua secretária e no seu gabinete, e que faz diligências, luta e tem coragem para isso, traz – ou tenta trazer – o turismo e, de alguma forma, dar a conhecer a beleza do nosso concelho na convicção de que muitos virão visitá-lo e trazer riqueza, dinamizando o turismo e o comércio.

Por outro lado, não poderia deixar de transmitir, quando sou abordada, pelos nossos munícipes, e me falam de que, finalmente, temos a construção da estrada do Moinho do Buraco, temos o lançamento do Centro Escolar de Nogueira do Cravo e temos também as obras que estão a ser feitas em Aldeia das Dez. Portanto, em relação a isto, congratulo-me. Efectivamente, tenho o prazer de confirmar que são os objectivos que o Presidente da Câmara se propôs.

No entanto, não é, também, minha tarefa estar só a dizer o que este Executivo fez de bem. Portanto, Senhor Presidente da Câmara, em relação a isso, vou ter que lhe perguntar. Peço imensa desculpa mas, quando faz bem, é assim. Quando faz ou não faz, eu pergunto porque é que não fez. E, neste caso, será a Avenida Dr. Carlos Campos. Aquela Avenida está uma miséria, está uma vergonha. É uma das artérias por onde passa grande parte do trânsito e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sabemos porquê: está lá um hipermercado, que é mais um centro comercial daqui do nosso concelho. Não entendo porque, até agora, nada foi feito. Está completamente esburacada. E faz-se estradas na periferia ou procede-se a requalificações e na Rua Dr. Carlos Campos não. Ainda não entendi. Portanto, agradecia que o Sr. Presidente da Câmara explicasse.”

Interveio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis:

“Iniciar por exprimir aqui congratulações pelo facto da empresa, que ainda atrás foi citada, ter reaberto e reconhecer o empenhamento que o actual Presidente da Câmara teve nessa tarefa. Também lembrar que essa foi, aliás, a primeira grande motivação da sua própria candidatura à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Todavia, também não se pode esquecer que, mesmo muitos dos trabalhadores que reentraram, reentraram com perda de direitos que já tinham antes da anterior empresa ter encerrado. Enfim dir-se-á: “do mal, o menos”.

Fazer votos, entretanto, que outras empresas que foram, há tempo, encerradas, possam reabrir e que outras empresas não haja que sejam obrigadas a encerrar em resultado destas políticas de desastre nacional, que têm sido prosseguidas e que estão a continuar a ser prosseguidas no nosso País.

Dizer apenas – que é para não dizerem que estamos a inventar coisas – que, no momento em que os maiores vigaristas do nosso País... Eu repito: alguns dos maiores vigaristas do nosso País, os banqueiros, tiveram um aumento de lucros escandaloso. O ano passado foi quando pagaram ainda menos de metade dos impostos que tinham pago no ano anterior. E, em contrapartida, os sacrifícios continuam a ser aplicados às portuguesas e aos portugueses em nome de uma crise que, afinal, não é para todos.

Mas isto não apaga a primeira congratulação pelo facto de uma empresa ter reaberto no nosso concelho.

Em relação ainda ao IC 6, ao famoso IC 6, o PCP já fez mais uma pergunta ao Sr. Ministro das Obras Públicas, inquirindo-o – se houver resposta – para quando é que está previsto o arranque da obra onde ficou há dois ou três anos. Apesar de todas as promessas, nomeadamente do Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas e das Comunicações, o Eng^o Paulo Campos, continua a obra ainda por arrancar. Esperemos que haja resposta. Todavia, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se sabe se há alguma evolução nisto e como é que está a situação.

Em relação a questões de educação, o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas da Cordinha já tomou uma posição pública, alertando e exprimindo desacordo pela eventualidade de constituição do Mega-Agrupamento que agrupe as escolas da Cordinha, de Lagares e não sei se de Oliveira do Hospital. O objectivo disto é só um: são objectivos economicistas, de poupar e não gastar no ensino público e, apesar da gritaria, investir no ensino privado.

Mas, a questão é: isto leva, normalmente, ao encerramento de escolas. As experiências que há por aí tendem para isso. E se se discute, aqui, o Centro Educativo ou Escolar de Nogueira do Cravo, o que é que lhe acontece um dia destes, se avançam, entretanto, projectos deste tipo? Eu gostava de saber se o Sr. Presidente da Câmara... Aliás, fiz esse requerimento



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por escrito, enquanto membro do Conselho Municipal para a Educação, eleito por esta Assembleia Municipal, no sentido de haver um esclarecimento rápido sobre o que é que se passa sobre isto porque “não há fumo sem fogo”.

Ainda em relação a esta questão, a Carta Educativa Municipal: mais uma vez aqui proponho, que a Câmara e a Assembleia alterem a Carta Educativa Municipal com a inclusão da construção de um edifício anexo às escolas que estão situadas em Vila Franca da Beira, do núcleo escolar de Vila Franca da Beira e Aldeia Formosa. Eu tinha feito esta proposta antes da elaboração e da aprovação da actual Carta Educativa Municipal e que o anterior Executivo simplesmente ignorou, porque, em matéria de saber, sabia tudo. Mas eu continuo a insistir nesta proposta porque julgo que as escolas das aldeias não têm nada que encerrar. É um crime, sob qualquer ponto de vista – a não ser para pretensa defesa de medidas criminosas – do ponto de vista político, alguém defender que crianças de seis e sete anos têm melhor ensino quando as juntarem a setecentas, oitocentas, novecentas, dos dezoito aos seis anos, a terem de sair de casa a horas certas, em autocarros, às vezes de pé, depois de estarem não sei quanto tempo fora de casa, almoçarem numa cantina... Como na tropa, passam a ser um número. Mas, na tropa, ao menos tínhamos vinte anos. Ali são crianças de seis e sete anos. Portanto, defender isto é absolutamente criminoso. E sob todos os pontos de vista. Eu gosto de “pôr os nomes aos bois” e não gosto de deixar as coisas por meias palavras. Assim, esta coisa dos mega-agrupamentos e de trasladarem crianças de tenra idade e juntá-las, é negativo e eu acho que deve merecer a nossa oposição.

Entretanto, a ESTGOH: continua a vir aí na comunicação social, continuamos a ter a ESTGOH mas, que se passa? Senhor Presidente da Câmara: é evidente que não é sua responsabilidade directa mas sei que tem estado bastante atento ao assunto. E ouve-se que há cursos para serem acabados. O Sr. Presidente faz declarações com as quais eu até concordo, que há quem queira espremer, esgotar, sugar a ESTGOH, para levar alunos, meios, para outros politécnicos.

Perguntava ao Sr. Presidente da Câmara como é que anda o projecto para a renovação das redes de água e saneamento em Vila Franca da Beira.

Por último e lendo, há bocado, uma acta de uma sessão anterior, acho que ainda não foi declarada a isenção do I.M.I. para União Desportiva e Tuna Vilafranquense, que já foi pedida por escrito no ano passado e é uma entidade de utilidade pública.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal fez a seguinte intervenção:

“Eu não posso deixar passar a expressão aqui utilizada pelo Sr. João Dinis, de “vigaristas”. Estamos numa casa onde é suposto haver algum respeito e alguma dignidade. E nós, para termos razão, não temos que ser forçosamente mal-educados. Eu também posso não concordar com muita coisa – e ele sabe que eu não concordo – mas empregam algumas centenas de trabalhadores em Portugal. E, seja como fôr, estão estabelecidos segundo as leis da República e eu não ficaria bem com a minha consciência se deixasse passar. Eu estimo a forma como ele aqui se exprime, menos quando, efectivamente, trata assim a honra das outras pessoas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Já agora, parafraseava aqui o Sr. Conde de Penha Garcia que, um dia, com Afonso Costa, que teve umas expressões parecidas na Assembleia da República, foi ao ouvido, dizendo que quem assim trata a honra dos outros, deve ter a sua em pouca conta. Não sei nem me interessa. Eu é que, enquanto Presidente da Assembleia, não me revejo nessa afirmação. A Assembleia Municipal é o órgão máximo do concelho e a mim compete-me zelar pela boa educação aqui dentro. Eu só estou aqui enquanto os Senhores tiverem vontade que esteja. Enquanto aqui estiver, é assim, João Dinis, é assim para toda a gente e também é assim para mim.”

Seguidamente, interveio o Sr. Engº José Vasco Campos:

“Mais uma vez terei que trazer aqui o assunto da E.T.A.R. de Alvôco das Várzeas porque há ditos que, lá por serem repetidos muitas vezes, não quer dizer que sejam verdade. Mas, como começam a ser repetidos muitas vezes, parece que podem passar a ser verdade. Portanto, gostava de lembrar que o Movimento “Salvem Alvôco das Várzeas”, do qual eu também faço parte, na última Assembleia Municipal, desafiou o Sr. Presidente da Câmara a fazer um estudo independente que comprovasse que o nosso estudo estava errado tecnicamente e que o estudo da empresa contratada pelas Águas do Zêzere e Côa estava correcto.

O que é certo é que isso nunca foi feito. Apenas foi repetidamente dito que o emissário não podia ir para outro local por gravidade, porque era impossível. Portanto, não posso deixar de repetir hoje isto aqui e de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara que valores é que estiveram acima de uma asneira daquelas que se está a fazer em Alvôco, a qual o Sr. Presidente da Câmara repetidamente também o disse – e a mim disse-mo pessoalmente – que também não gostava e que também era contra.

Portanto, não foram feitas as diligências necessárias e totais por esta Câmara para que aquela E.T.A.R. fosse mudada e para que não se cometesse aquele crime ambiental nas várzeas de Alvôco. Porque ambiente não é só águas, resíduos e tratamentos. Ambiente é também paisagem. Portanto, quando o Sr. Presidente da Câmara fez uma campanha falando no turismo e na necessidade de desenvolver o turismo nos vales no Alva e do Alvôco, e, depois, tem uma atitude destas... Eu não consigo compreender quais os valores que estiveram acima da sua decisão. Porque vir dizer que isto era um movimento político... Quero dizer-lhe, Sr. Presidente da Câmara: este movimento tinha pessoas – e tem – de vários quadrantes políticos. Isso nunca esteve em causa. O que estava e está em causa, somente, é a localização daquela E.T.A.R.. Não é absolutamente mais nada. Houve muita gente que achou que estavam outras coisas em causa, mas não estava mais nada em causa. Só isso.

Também lhe quero dizer que, se quiséssemos fazer aproveitamentos políticos, poderíamos ter vindo perguntar porque é que o último comunicado da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia de Alvôco foi emitido a partir de um e-mail da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista. Podíamos perguntar porquê, que promiscuidade é esta?

De facto, gostava de obter uma resposta cabal de V. Exa. e porque é que não foi feito um estudo independente que comprovasse aquilo que as Águas do Zêzere e Côa e que o Sr. Presidente da Câmara têm dito.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Interveio, depois, o Presidente da Junta de Meruge, Sr. Aníbal Correia:

“Não sei se já alguma vez foi aqui colocada esta questão: venho aqui falar numa coisa que me preocupa um bocado porque, no fundo, encargos que todos os meses assumimos, “saem do bolso” da Junta de Freguesia de Meruge. Numa das Assembleias anteriores, o Sr. Presidente da Assembleia falou aqui que tinha dado uma parcela de terreno para alargarem a rua e lá porem contentores. Mas há locais onde não se pode alargar a rua pois tem casas de um lado e do lado, o que é um bocado complicado.

Vinha, assim, perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se nunca pensaram em adquirir um ou dois carros do lixo de menor porte, para poderem fazer esses circuitos dentro das povoações, porque eu bem sei o que me custa em Nogueirinha. E não é só pelos encargos, é que a maior parte do tempo, os contentores nem sequer estão nos locais certos e temos que andar sempre a transportá-los.

Outra situação era se a Câmara já pensou alguma vez em adquirir uma carrinha com grua para poder recolher os “monos” que a maior parte das pessoas deita para o meio das matas. Ainda hoje passei num local que, por acaso, é propriedade da Fábrica da Igreja, e fiquei estupefacto. Anda-se aqui a toda a hora a organizar iniciativas para limpeza do concelho e, depois, as pessoas descarregam carros de lixo. E a Câmara não toma medidas para averiguar quem é que foi depositar esse lixo no meio das matas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Eng^o Carlos Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar, Sr. Presidente da Assembleia, queria congratular-me com um acontecimento, que deu origem a uma notícia, que se passou na zona da Cordinha, concretamente em Seixo da Beira. Quero congratular-me por uma coisa que há anos que se anda a falar aqui, neste local, e que eu fiz aqui diversos apelos para a questão do que se passava com o Pólo Industrial da Cordinha. Foi criado aos anos que foi, foi gasto lá muito dinheiro por parte do Município e, até hoje, não teve outro uso senão a criação de mato e, porventura, algumas vezes, algumas provas de motocrosse. Parece que há alguma “luz ao fundo do túnel”. Falando um bocado de bruxaria, parece que o bruxedo do Pólo Industrial acabou e parece que “se faz alguma luz”. E começa a haver alguma esperança para a zona da Cordinha, concretamente para a freguesia de Seixo da Beira, que está logo ali “portas-meias” com o Pólo Industrial, para que alguma coisa seja feita e algumas empresas se comecem ali a instalar e que haja alguma esperança para algumas pessoas, porventura com a criação de alguns postos de trabalho.

Espero que isso venha a acontecer. Espero que o Sr. Presidente da Câmara se continue a empenhar nessa matéria, que eu sei que se tem empenhado. E esperemos que, em vez de duas, proliferem mais empresas naquele espaço e, se fôr necessário, ampliar futuramente. São os votos que eu faço.

Já foi aqui perguntado, penso que pelo João Dinis, sobre a questão da E.S.T.G.O.H.. Andam aí umas “coisas no ar”. Gostava que o Sr. Presidente da Câmara nos esclarecesse exactamente o que é que se passa nessa matéria. Porque, ainda há pouco, antes de entrar nesta casa, me foi relatada uma coisa que, sinceramente, me preocupou. E aí acho que o Sr.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara tem que ter atenção e tem que pedir contas a alguém. Pelos vistos, o próprio Sr. Director da E.S.T.G.O.H. anda a fazer afirmações na rua, que eu acho que são pouco dignas dele e que nos deixa a todos nós, no meu entender, com algum receio acerca da continuação da E.S.T.G.O.H. em Oliveira do Hospital. A ser verdade aquilo que me contaram, fiquei preocupado, devo dizer. E aquilo que me disseram foi que o Sr. Director anda a fazer afirmações, nomeadamente que, daqui a um ano, a E.S.T.G.O.H. já não está em Oliveira do Hospital.

Há que saber o que, efectivamente, se passa. Há que saber questionar o Sr. Director. Há que saber com que é que nós, oliveirenses, contamos. Porque, se todos nós nos congratulámos na altura devida, quando a E.S.T.G.O.H. veio para Oliveira do Hospital, e que foi trabalho árduo de muito boa gente, temos que estar todos unidos nessa matéria, para defender a E.S.T.G.O.H. até ao último das nossas forças. Este é o apelo que eu faço ao Sr. Presidente da Câmara: que questione quem deve questionar, nomeadamente o Sr. Director. A ser verdade isto que me contaram, fiquei preocupado.

Agora, outra situação que eu tenho acompanhado e lido nos jornais e que também me está a preocupar um bocado, é o que se está a passar na freguesia de Alvôco das Várzeas. O que saiu e que eu li, concretamente no último jornal local, preocupou-me. E preocupou-me por diversos motivos. Primeiro, porque, quando se espera e se anda a criar expectativas durante anos, e as populações a pedirem e a arrogarem... E tantas coisas se disseram neste concelho, nas campanhas eleitorais, acerca das ditas lixeiras “a céu aberto”, dos ditos esgotos “a céu aberto”, que havia que resolver esse problema. Já no anterior mandato, inclusivamente – e aqui há que dar justiça a quem de direito – tentou resolver um problema em Alvôco da Várzeas, e esse problema teve um processo que teve um início, teve um processo que decorreu e começou uma obra devidamente projectada e devidamente analisada e estudada. E ninguém, até determinada altura, disse nada, disse zero. Responsáveis deste concelho, nomeadamente por empresas ligadas ao ambiente, nomeadamente responsáveis políticos ao nível da freguesia, ninguém disse nada. Eu pergunto: será que andaram a dormir, esta gente toda, que parece que não é tanta quanto isso, que parece que é um auto-denominado grupo “Salvem Alvôco”?

Aqui, só tenho que dizer uma coisa: Alvôco já está salvo, Sr. Eng^o Vasco. Alvôco já está salvo, já alguém salvou Alvôco, Eng^o Vasco. E falo aqui para o Sr., cara a cara, olhos nos olhos. Alvôco já está salvo, sabe? Porque alguém já salvou, efectivamente, Alvôco. Já alguém o tomou e deu o “pontapé de saída”. E alguém está a resolver os impactos negativos. Agora, uma coisa eu quero dizer aqui: será possível que o entender de quatro ou cinco pessoas, ou um grupo, vai ter que se sobrepor? Que não foram eleitos por ninguém, por ninguém, nem pelos alvocenses, nem pelos oliveirenses, nem por ninguém? Só falam por eles. Será que um grupo tem o direito ou a autoridade de se sobrepor a quem foi eleito pelo povo? Afinal de contas, estamos a viver em que regime? Estamos a viver em que País? Acho que há aqui algo que se está a adular, seguramente. Não é, seguramente, um grupo – porque não pode ser nem tem que ser – nomeadamente, pelos vistos, utilizando alguns estratagemas muito esquisitos, concretamente uma pessoa que está metida na comunicação social. Que vem uma televisão a Alvôco de Várzeas fazer uma reportagem, que entrevista um Presidente da Junta, que é eleito pelo povo, e nem sequer é passado na televisão. O que é isto? Em que país é que nós



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vivemos? Será que as pessoas não têm consciência? Não caem em si? Ou não querem cair em si?

Sinceramente, estou muito indignado com o que se está a passar. E serei uma voz, se necessário fôr. Como se está a admitir ou a ameaçar, inclusivamente, campanhas e manifestações à porta da Câmara, podem ter a certeza de uma coisa: eu serei o primeiro – e seguramente não serei o único – a estar à porta desta Câmara, a defender este Município, este Presidente da Câmara e, nomeadamente, a empresa que fez e que está a fazer esta obra.”

Interveio, depois, o Sr. Eng^o Carlos Inácio:

“A nossa colega de bancada trouxe aqui o convite, que todos recebemos, para a Bolsa de Turismo de Lisboa, onde Oliveira do Hospital está representada. Ela disse que “sim, senhor, é de louvar”. Eu fui lá. É bom, experimentem, provem, bebam, comam. É muito bom, realmente. Eu acho que isto tem uma vantagem: quem lá vai, gosta e divulga. Depois, não é só cá vir, a Oliveira do Hospital, também é vender fora daqui, as empresas de cá, os produtores tradicionais venderem. E vende-se porque Lisboa e os arredores têm mais de dois milhões de consumidores. E vende-se fortemente. E é isso que importa aqui para o concelho.

Mais algumas notas. A primeira é a seguinte: estive a ler as actividades da Câmara e quero dar os parabéns ao Município, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara e na sua equipa. Há aqui muita dinâmica, muita envolvimento, muito “estar em tudo”, muito “estar em todo o lado”. Os meus sinceros parabéns. Acho que todos devemos realçar esta grande dinâmica e apoiar, naturalmente. E dizer, quando não gostamos, “não gosto, não quero”.

Pelo que falo, pelo que convivo com as pessoas e pelo que me dizem, acho que o Sr. Presidente está em todo o lado, está naquele momento certo, está com quem deve estar, está com a pessoa mais humilde ou com a pessoa não humilde, está com todos os que deve estar e em cada momento. E acho que isso é de louvar e é gratificante sentir isso.

Ouviram-se aí umas vozes que parece que o Sr. Presidente anda, em determinadas situações e momentos, não sei de que modo... Eu só tenho que lhe dar um grande abraço, fraterno e amigo, por tudo o que tem feito e que ainda vai fazer, de certeza, por este concelho.

Há outra situação que eu gostaria aqui de realçar. Eu sei que isto é político. Eu fiz muitas questões políticas aqui, na Assembleia, anteriormente, e acho que o devemos fazer, abertamente e claramente. Mas não ponham o buraco na areia e não façam como a avestruz. O mundo está diferente, o mundo mudou. O mundo de hoje não é o mundo de ontem e de amanhã não será. Alguns de nós metem a cabeça na areia e não vêem o que se passa à volta. É o público é que é que é bom? Acabar com o privado. Onde é que já se viu isto? Eu acho que o público e o privado têm que andar de mãos dadas. E vemos aqui este Município a trabalhar nesse sentido, em várias vertentes, e deve continuar a fazê-lo. E todos nós e cada um de nós, devemos dar as mãos e engrandecer o concelho.

Mais duas notas: costuma dizer-se que uma mentira, dita muitas vezes, parece que é uma verdade. E isto, às vezes, não é bem assim. Acho que esta Assembleia devia ser uma Assembleia para tratarmos de assuntos de nós todos, em que todos nos revíssemos, e não questões pessoais. Não há aqui questões pessoais. Eu nunca tratei aqui disso e a maior parte de vocês não os vejo aqui a tratar de questões pessoais. Por outro lado, há uma coisa que nos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ensinaram na escola – a mim ensinaram – e que é que a gente gosta sempre de “pôr o caixote de lixo no quintal do vizinho”. Não façam isso, o caixote do lixo tem que estar no nosso quintal, no quintal dos vizinhos e no quintal de nós todos.

E agora, em jeito de brincadeira sincera e amiga, para o nosso amigo Eng^o Vasco: se calhar, o Movimento de Alvôco não se devia chamar “Salvem Alvôco” mas “salvem Alvôco do Eng^o Vasco”.”

Intervieio, em seguida, o Sr. Rui Abrantes:

“Antes de iniciar aquilo que tinha aqui alinhavado, não quero deixar também de congratular o Sr. Presidente pelos esforços efectuados no sentido de pôr novamente a fábrica HBC – agora com o nome Azuribérica – a trabalhar. E eu quero referir, só em complemento da informação que a Dra. Sónia Martins veio aqui dizer que, amanhã, quem for ler a acta desta Assembleia Municipal, se eu não fizer este reparo, vai ficar a pensar que foi constituída a primeira empresa municipal porque todos relevamos o empenho do Sr. Presidente mas esquecemo-nos do empenho do empresário. Também é importante e há que ressaltar que o empenho do Sr. Presidente é louvável, sem dúvida, mas o empenho do empresário é essencial. Na realidade, por muito empenho que ele possa vir a ter em relação às outras empresas, se não houver empresários, ele nada pode fazer.

Em relação à documentação, queria dizer que, na última Assembleia, eu vim criticar que veio fora do tempo. Para esta Assembleia, a documentação foi-nos enviada a tempo, no tal fim-de-semana anterior à sessão. Por isso, é louvável. Mas estranhei e vi a resposta a esta admiração, quando a recebi, por ser uma Assembleia que única e exclusivamente se apresentava com dois pontos: a informação sobre a actividade municipal e o segundo ponto, que nem nos foi remetida a documentação. Naturalmente, era fácil enviar atempadamente, já que o procedimento logístico e burocrático era fácil de preencher. De certeza que a justificação deve ser essa.

Eu não queria falar muito disso mas falaram aqui novamente da E.T.A.R.. E o Eng^o Carlos Maia dá a sensação que culpa o Eng^o José Vasco. Eu não sou advogado de defesa de ninguém, como compreenderão, mas aqui parece-me haver um outro culpado e que é o Sr. Presidente da Câmara. O Sr. Presidente da Câmara iniciou este processo na tentativa dos tais consensos que ele gosta de promover. Nós todos gostamos disso e achamos que é, sem dúvida, uma forma diferente de estar na política em relação ao que tínhamos. Mas há quem diga que isto não é bem um consenso; é a tentativa de estar a bem com todos. Ficar ali no meio, à espera. Se de um lado chove, “vou-me acoitar um bocadinho...” Se do outro lado troveja, “faço aqui um jogo de cintura”. Estar a bem com Deus e com o Diabo. Vêm publicadas no jornal “Folha do Centro” as seguintes declarações do Sr. Presidente: “o País não tem dinheiro para andar a brincar às obras”. Eu acho que já não tinha quando o Sr. tentou o consenso. E, depois, diz também: “estranha que só venham agora contestar a obra, alegando que não tinham conhecimento, quando o Executivo do PSD teve lá uma placa a anunciar”. Isto também era verdade, à data em que o Sr. tentou o consenso. Por isso, havia dados necessários suficientes para que, na realidade, essa iniciativa que o Sr. tomou de pedir às Águas do Zêzere e Côa para suspenderem os trabalhos, não tivesse acontecido, tendo em conta que era um processo que já estava a decorrer. E a população de Alvôco é que ficou



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lesada em meio ano ou mais de atraso naquela obra. Isto já não conseguindo eu traduzir isso em euros. Não sei qual vai ser o prejuízo em euros.

Na última Assembleia Municipal referi a temática do Café Central. O Sr. Presidente, na última Assembleia, disse que era um assunto que não se devia trazer para estas sessões pois estava a ser tratado por advogados. Queria, então, saber qual é o ponto de situação, se já houve desenvolvimentos ou não houve. O Sr., na altura, acusou-me de chicana política e disse que “vou explicar-lhe porquê: você sabe que a firma é de uma pessoa que faz parte da Comissão Política do PSD”. É verdade, eu já sabia disto. Por acaso, também sei que esta pessoa é filha do seu Presidente da Comissão de Honra na altura das eleições autárquicas. Mas eu não chamei isso aqui para o caso. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Foi uma pergunta específica. E volto a frisá-la novamente e a fazê-la novamente, no intuito que o Sr. nos transmita exactamente qual o ponto de situação. E mais uma vez frisando que, na minha modesta opinião, se a pessoa que explora o edifício tem que ser ressarcida por eventuais prejuízos que tenha tido, há um responsável no meio de isto tudo e que é quem executou a obra. Provavelmente terá que ser essa pessoa, essa empresa que executou a obra a suportar isso. E não a Câmara Municipal, no meu entender.

Depois, queria só fazer mais uma ressalva e que é a questão daquela passadeira que foi construída no Vale do Ferreiro. Não sei quem mandou fazer a obra, quem fez o projecto, quanto custou, porque é que se fez ali e não se fez mais abaixo ou mais acima, se houve algum interesse nisso ou não houve. Porque é que, juntamente com aquela obra também foi arranjado o passeio até ao alinhamento do muro da casa do Sr. António Fonseca e o resto do passeio, até ao final da rua, não foi arranjado? Sei que, há pouco, foi lá o pronto-socorro buscar um carro que partiu lá o cárter. Porque – convidava-vos a todos a passarem lá – aquilo não é uma passadeira mas um obstáculo quase intransponível. É para parar, pôr a primeira e subir devagar porque os carros batem. E, se fosse o carro que o Sr. António Lopes defendia que se adquirisse aqui para o Executivo, de certeza que iria bater.

Eram só estas as questões que eu gostava que fossem respondidas.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Também aqui tenho que dizer alguma coisa sobre a questão dos documentos da Assembleia. Toda a gente aqui sabe que não foi admitido nenhum funcionário aqui para a Câmara, em termos administrativos. A pessoa que tratava da assessoria à Assembleia é a mesma que está cá hoje, a Dra. Ângela Marques. E eu nunca tive nenhuma razão, do ponto de vista técnico e do ponto de vista da lealdade, de não estar relativamente tranquilo quanto à questão dos documentos da Assembleia.

Nesta vez, houve um lapso com a questão do envio da informação sobre a correspondência recebida e enviada. Foi um lapso, que acontece a toda a gente e que nem sequer vale a pena estarmos a discutir.

Na última Assembleia foi por uma questão da discussão da Câmara, em que os documentos foram entregues fora de horas. E, ao Presidente da Assembleia, punha-se uma questão que põe aqui claramente. E os Srs. são soberanos e aquilo que fôr decidido é o que se



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

faz. Nós temos uma contradição no nosso Regimento, que diz que o Presidente da Assembleia deve receber os documentos com cinco dias de antecedência. E também temos escrito que o Presidente tem que mandar os documentos aos Srs. com dez dias de antecedência. Sei fazer alguns milagres mas esse não consigo: mandar-lhes, dez dias antes, um documento que receba cinco dias antes, vai ser muito complicado.

Obviamente, não há nada que não se resolva. Não vai numa Assembleia ordinária, vimos aqui conversar, cumprimentamo-nos uns aos outros e, a seguir, fazemos uma extraordinária. Também tive o cuidado de ver quanto é que custa uma sessão extraordinária. Custa cerca de quatro mil euros. A este propósito, quero congratular-me com a atitude do Sr. Luís Sousa, que era o deputado mais caro desta Assembleia, pois tenho a informação que mudou a residência. Já me tinham “soprado umas coisas aos ouvidos” mas acho que isso deve ser do foro e da consciência de cada um de nós. Eu registo com atenção que já ficou um bocadinho mais barato, nestas contas.

Portanto, esforço-me por cumprir razoavelmente o meu lugar. Recomendéi, na vez anterior e como aqui disse, ao Sr. Presidente da Câmara e antes que alguém me questionasse, eu tive o cuidado de dizer que tinha já questionado o Sr. Presidente. Não vou repetir o que disse na altura, que antes era assim e agora também tem que ser. Portanto, essa é uma questão de princípio. Só que, como em tudo, há casos atendíveis.

E as actas, por exemplo, que já tinham sido aprovadas aqui em minuta: estarmos a fazer questão disso... Mesmo assim, adiou-se.

Portanto, a gestão que o Presidente da Assembleia Municipal tem feito é aquela de que a assessoria que tinha cá na Assembleia considera que é de qualidade e não tenho nada quanto a isso.

Houve aqui uma situação na Assembleia anterior. Por dificuldade da Câmara, que tinha assuntos para levar, de última hora e era em cima, punha-se a questão de eu mudar a Assembleia – e fica claro que será assim no futuro – e termos feito a Assembleia entre o Natal e o ano Novo. Como eu sei que há muitas pessoas que aproveitam esses dias para estar fora, tentou-se conciliar isso tudo. Mas dou “a mão à palmatória”. Há falha e contra factos não há argumentos. Foi um ensinamento mas eu fiz a gestão que a mim me pareceu mais correcta e adequada aos interesses do Município e dos membros da Assembleia.

De futuro, e desta vez já foi assim com estas actas que foram *a posteriori*, que não tinham que ir. Eu é que fiz questão, para que não houvesse algum esquecimento. Foi por isso que foram duas vezes. Não foi por ser pouco porque o Presidente da Assembleia manda os documentos com os dez dias de antecedência. Não é ele que os faz, é a Câmara que lhos entrega. Portanto, acho bem que a gente “bata” aqui e, pela primeira vez, estou a ver aqui um debate aceso e com elevação e espero que assim continue. E estou de acordo que se discuta aqui aquilo que, de facto, deve discutir, com toda a largueza e com toda a frontalidade, mas que não estejamos aqui a arranjar questõezinhas porque eu não sou do género de me vir aqui desculpar com os funcionários. E eu acho que foi uma falha de somenos importância.”

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves:

“Como não pude estar presente, não queria deixar de me associar a uma sessão que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

houve no Seixo da Beira recentemente e que foi a assinatura de um acordo de cooperação entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Seixo da Beira. Estes acordos são muito importantes. Neste caso concreto tivemos um conjunto significativo de obras. Algumas delas foram já assinadas. Estou a ver aqui a escritura dos dois lotes na Zona Industrial da Cordinha. Estou aqui a ver as infra-estruturas ou apoio à escola do primeiro ciclo, requalificação de ruas, saneamento básico ao Seixo e Póvoa da Barbeira. Estas iniciativas, creio que são de enaltecimento e, a exemplo do que aconteceu comigo, é possível que alguns de nós não tivessem conhecimento desta situação. Penso que vale a pena relevar positivamente o comportamento da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia do Seixo da Beira, que tem aqui muito trabalho pela frente e assumem-no com frontalidade.

Já foi aqui referido também, mas não queria deixar de dizer, que foi importantíssima a abertura da Azuribeira. É verdade que as entidades públicas não criam empregos. Também é verdade o empenho do empresário, como já foi aqui dito. Mas, neste caso concreto, é preciso que se saiba que foi o Sr. Presidente da Câmara que foi à procura do investidor. Portanto, por vezes, o dinheiro dos empresários é atractivo mas é preciso ir lá à procura deles, senão eles nem sempre vão para onde nos interessa a nós, neste caso aqui para Oliveira do Hospital.

Uma referência também à B.T.L. Já foi aqui dito mas eu não me esqueço que, durante cinco dos oito anos dos dois anteriores mandatos, eu pedi aqui incessantemente que Oliveira do Hospital estivesse presente na B.T.L.. E, finalmente, se não me engano, há três anos para cá passou a estar na B.T.L.. Parece-me que, ainda assim, este ano está lá de uma forma ainda mais vincada. É uma boa aposta. Como também já foi dito aqui, a B.T.L. é uma montra, não só nacional mas internacional, e toda a gente fica a conhecer Oliveira do Hospital e a região.

Duas respostas a algo que foi aqui dito: a expressão não vou repeti-la mas, quanto à questão dos banqueiros, é preciso que se saiba – porque, às vezes, há muita demagogia no meio de isto tudo – que sessenta por cento do lucro que foi obtido, veio do estrangeiro. Eventualmente, o Sr. deputado municipal que falou sobre isto não sabe que Portugal, por enquanto, só tem competência territorial fiscal no País. Não pode tributar os lucros que são obtidos no estrangeiro. Mas é claro que também sei que o Sr. deputado também gostaria que os bancos fossem tributados a cem por cento a I.R.C.. Mas isso, por enquanto, ainda não é possível porque, senão, eles vão-se embora.

Aliás, as empresas são cada vez mais internacionais ou transnacionais. Na altura em que nós tivermos aqui uns índices de impostos de tal forma elevados, eles mudam a sede para o estrangeiro e, depois, nós já não temos ninguém a quem tributar.

Por fim, esta questão posta aqui da forma que foi posta pelo Sr. Eng^o José Vaso, deixou-me aqui alguma confusão. O Sr. Eng^o começou por dizer que convidou o Sr. Presidente da Câmara a fazer um estudo que contrariasse o estudo do Movimento e o Sr. Presidente da Câmara tem uma atitude destas, de não promover o estudo? Então, mas o Sr. Presidente não tem capacidade de auto-determinação? Desde quando é que os membros da Assembleia condicionam o comportamento do Sr. Presidente da Câmara? Penso que isto, no mínimo, é falta de humildade democrática. No mínimo. O Sr. deputado disse “porque é que não foi feito o estudo?” Não foi feito o estudo porque tecnicamente, politicamente, administrativamente e por aí fora, o Sr. Presidente entendeu que não era preciso. Ponto final,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

parágrafo. Não vamos, agora, nós, aqui condicionar o comportamento da Câmara. A Assembleia tem competência para fiscalizar a Câmara, não é para condicionar. Era o que faltava. Aliás, eu gostaria de dizer: quantas e quantas vezes é que eu fiz aqui convites, sugestões, pedidos até, nos mandatos anteriores e foi-me respondido cara a cara, e gostava de afirmar com frontalidade, que as sugestões que estava aqui a fazer não tinham razão de ser. Portanto, é preciso perceber-se que a Assembleia Municipal, os membros desta Assembleia, não têm poder para obrigar o Presidente da Câmara a fazer o que quer que seja.

Em relação a esta questão e para acabar, diria o seguinte: o Sr. Presidente da Câmara procurou consensos, como já foi aqui dito, e parece que agora está a “ser preso por ter cão e preso por não ter”. Se não procurasse os consensos seria porque, de um lado, não tinha procurado os consensos. Como procurou os consensos, está a ser atacado do outro. Agora, a meu ver, o que é preciso é a obra prosseguir até ao fim e acabarmos com esta “telenovela”.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho Marques:

“O Presidente da Junta de Alvôco da Várzeas e o Presidente da Assembleia de Alvôco das Várzeas tinham decidido não falar mais em relação à E.T.A.R. de Alvôco das Várzeas.

Mas, em relação ao que foi dito aqui pelo Eng^o José Vasco, que eu não esperava, fiquei muito nervoso porque não esperava algumas declarações que ele fez. Penso que não lhas merecia. Nós sempre tivemos uma posição correcta com ele e, inclusivamente, com o Movimento.

Ele disse aqui porque é que nós mandámos o e-mail do PS. Não foi feito nenhum e-mail do PS. Nós temos aqui o e-mail que recebemos hoje, da Assembleia da República, directamente para a Junta de Freguesia, que foi de onde foram os e-mail’s para os grupos parlamentares. Não foi nenhum e-mail do PS. Inclusivamente, nós, do PS, temos amigos e podíamos ter mandado. Penso que não haveria muita “promiscuidade” termos pedido no PS que nos deixassem mandar um e-mail. Porque toda a gente sabe a terra que pisamos; outros, talvez, nem tanto, mas cada um é como cada qual.

Eu vou passar, então, a ler este e-mail que eu recebi e que vem de sandrasilvestre@blocoeesquerda.pt e que veio para a Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas.

Estes grupos parlamentares receberam algumas pessoas do Movimento, que lhes foram dizer algumas inverdades. Nós temos aqui uma declaração que fizemos para a imprensa e que acho que a maior parte das pessoas viram. E nós tentámos clarificar o que, na realidade, era este processo da E.T.A.R. de Alvôco das Várzeas. E foram para lá dizer algumas inverdades. Inclusivamente, tenho aqui a dizer que um deputados dos Verdes afirma que “as obras foram suspensas fruto dos protestos da população, que se insurgiu contra aquela localização”. Eles dizem: “da população”. Que eu saiba, a maioria da população, talvez noventa e cinco por cento, eram a favor da construção da E.T.A.R.. Portanto, não foi da população. Foi de outra população que se movimentou no Facebook e nos “onlines”.

Então, o e-mail que recebemos diz:

Encarrega-me Sua Excelência, a Ministra do Ambiente e do Ordenamento do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Território, em resposta à pergunta número dois mil cento e trinta e oito, informar V. Exa. do seguinte:

O Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, através dos seus serviços, em particular a C.C.D.R.C., à data de início de todo o processo e, actualmente, a A.R.H. Centro, acompanham o desenvolvimento do projecto em causa desde Fevereiro de dois mil e seis. A C.C.D.R.C. emitiu parecer positivo em Junho de dois mil e sete, nada tendo a opor relativamente à localização e ao nível de tratamento preconizado, solicitando apenas que fosse cumprido o afastamento de dez metros da E.T.A.R. e de linha de água, da alteração de localização do local de descarga para jusante do açude de Alvôco das Várzeas, bem como a desactivação de sistemas de tratamento existentes, tendo em atenção a transferência do caudal.

As obras decorrem normalmente com a E.T.A.R. na localização prevista e autorizada, tendo-se, no entanto, adoptado um conjunto de medidas complementares que contemplam a presença da praia fluvial de uma unidade de turismo rural e da paisagem do vale do rio Alvôco. A alteração da localização pressupunha a implementação de um sistema elevatório, com sobrecustos adicionais, tanto a nível de execução da obra como de encargos com a exploração do subsistema, que teriam de ser repercutidas nas tarifas. Em simultâneo com a implementação da solução em curso, foram também adoptadas medidas complementares que contemplam a presença da praia fluvial da unidade de turismo rural e da paisagem do vale do rio Alvôco.

Foi também assegurado que o local de descarga se localizasse a jusante da praia fluvial da unidade de turismo rural, garantido assim as condições ambientais e paisagísticas, necessárias ao desenvolvimento das actividades em causa: praia fluvial da unidade de turismo rural e paisagem do vale do rio Alvôco.

De forma a atender adequadamente à paisagem do Alvôco e à qualidade de vida da população desta povoação é que surge a construção de um subsistema de tratamento de águas residuais, que contemplam estes aspectos, nomeadamente a integração paisagística dos órgãos de tratamento, a inclusão de um sistema com gerador eléctrico que, obvie os possíveis impactos decorrentes das falhas de alimentação de energia eléctrica e a descarga de efluentes tratados a jusante da praia fluvial da unidade de turismo de Alvôco das Várzeas.

Portanto, este e-mail veio para a Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas e tenho a certeza que não veio para a sede do PS de Oliveira do Hospital.

Queria dizer que fiquei chocado com a intervenção do Engº José Vasco. Como já disse, não o merecia. E Alvôco também não o merecia porque Alvôco sempre recebeu bem as pessoas, sempre deu alguma coisa às pessoas. E há muitas pessoas que estão em algumas instituições do nosso País, não só ao nível de Alvôco, não só ao nível de Coimbra, mas ao nível do País, que estão bem instalados e que se serviram sempre de Alvôco para “darem o salto”. E essas pessoas, depois, são as que mais maltratam Alvôco ou, pelo menos, não ajudam Alvôco a resolver os problemas e a desenvolver a aldeia que os viu nascer. E isto custa-me muito. Às vezes, custa aceitar isso.

E também quero dizer que foi com bom-senso que o Sr. Presidente atrasou as obras da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

E.T.A.R.. Já foi aqui dito pelo Dr. Gonçalves que era acusado se não fizesse o tal consenso com o Movimento, com as Águas do Zêzere e Côa e com a Junta de Freguesia, que também esteve envolvida neste consenso. Senão, era acusado de não ter feito o consenso e que nada teria mudado. Talvez fosse como antigamente. Penso que o consenso foi sempre com boa intenção. Foi sempre com honestidade. Foi sempre a tentar resolver os problemas de Alvôco e não para se aproveitar de nenhuma posição política. Agora, vão-se aproveitando, dizendo que o consenso não resolveu o problema da E.T.A.R. de Alvôco. Mas, se não tivessem feito o consenso, também se aproveitariam para dizer que não fez consenso.

Em relação ao estudo que o Sr. Eng^o diz, a gente conhece o estudo, pelo menos minimamente. Sabemos o que é que se passou com o estudo. O estudo foi talvez mais uma mola para ajudar a dar mais “um salto” nas actividades previstas deste Grupo “Salvem Alvôco”. Mas eles chegaram à conclusão – não o querem dizer, possivelmente – que não tinha viabilidade. Aquele estudo tinha os problemas que nós todos prevíamos, que nós todos já tínhamos identificado com as organizações responsáveis pela obra.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Oliveira:

“Não era minha intenção intervir mas assim me obrigam. E ainda bem.

Fico contente por saber que os assuntos que trazem aqui tenham só a ver com passeios porque, infelizmente, as pessoas também tem a memória curta e nunca, até hoje, as tinha visto criticar em relação à construção de outros passeios. Eu estou à vontade para dizer isto porque sempre fui um defensor de passeios enquanto eles forem uma salvaguarda para uma vida humana.

Como tal, poderia falar num passado recente. Até levantar o porquê de algumas lombas estarem aqui construídas em Oliveira do Hospital, na cidade, e outras que deveriam estar construídas na cidade, principalmente perto de escolas e que não foram construídas. Mas não estou cá para fazer esse tipo de julgamento.

Em relação ao dito passeio construído recentemente no Vale do Ferreiro, sou o primeiro a assumir que a entrada do mesmo não ficou como o que pretendíamos. Está elevado. Felizmente, esta Junta de Freguesia e este Executivo trabalha de forma aberta, ouviu as pessoas, ouviu as críticas e, brevemente, essa situação irá ser rectificada. O porquê de ele ser construído também é de termos sempre essa abertura e ouvirmos as pessoas. E foi derivado de várias queixas e talvez de outros erros de passado, em termos de projecção rodoviária porque, se não tivéssemos uma circundante e tivéssemos uma rotunda onde se encontra a estátua do pastor, talvez esta situação não fosse necessária. É uma salvaguarda e penso que seria importante, no futuro, fazerem um estudo em relação aquela zona porque todos os dias acarreta grandes condicionalismos em termos rodoviários, principalmente nas horas de entrada e saída laboral.

Outra salvaguarda que eu queria aqui deixar é que este Executivo, por uma questão de ignorância em termos de conhecimento de causa, tem tido a preocupação, ao longo deste ano e meio... E nunca, até hoje, executámos qualquer tipo de obra que seja da nossa responsabilidade, sem antes consultarmos os serviços técnicos camarários. Várias razões



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

poderia aqui explicitar, mas duas aqui deixo: uma por uma questão de coordenação de trabalho e de ver se há viabilidade ou não de ser construída determinada obra. A outra por uma questão orçamental. E isto porquê? Nunca, até hoje, pedimos orçamentos sem termos um orçamento prévio que nos é dado na altura de entrega do projecto pelo próprio engenheiro da Câmara, tendo em conta até os próprios preços do mercado. Daí que temos tido essa preocupação, felizmente.

Uma coisa que eu queria aqui salvaguardar era que as várias obras que executámos – e já executámos algumas até hoje – e por uma questão de salvaguardar questões de dificuldades económicas e desde que esses preços não saiam do orçamento dado pelo engenheiro técnico da Câmara, temos tido a abertura... E porque as competências e a própria lei nos permite... Porque outra coisa que temos tido é a preocupação de que, quando não sabemos, telefonamos ou solicitamos por outras vias a quem sabe juridicamente para nos salvaguardarmos e não cometermos alguma ilegalidade... Temos tido até hoje, e posso dizer que até hoje não repetimos nenhum, entregue obras a vários empreiteiros. E é esse o processo. Se o pudermos fazer, vamos continuar. Queremos ajudar todos, de preferência que sejam de Oliveira do Hospital, freguesia, ou de Oliveira do Hospital, concelho.

A obra é da total responsabilidade da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital. Quanto à questão do arranjo do passeio, esse arranjo não faz parte do orçamento – e porque já pagámos a obra –, não consta do orçamento nem do próprio livro das obras a executar. Porque não foi só fazer lomba. E isto à vontade, porque é assim que nós trabalhamos. Sempre que necessitarem, estejam à vontade, podem deslocar-se à Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, solicitar qualquer tipo de documento para fiscalizarem porque é isso que nós queremos também, porque é isso que nos obriga a ser cada vez mais responsáveis.

Só queria também referir a questão dos Mega-Agrupamentos e o fecho de escolas: eu, há uns meses atrás, numa reunião numa escola, disse assim: *se calhar, grande parte da culpa das escolas das escolas estarem a fechar também é dos pais*. E não me venha com a desculpa de que os pais não têm tempo porque, no meu tempo, os pais também não tinham tempo. E deixei lá uma frase final que foi: *“se calhar, hoje em dia há pais que agradeciam até que, se houvesse um hotel ao lado da escola, eles faziam questão que esse hotel lá estivesse.”*

Intervenção, depois, o Sr. Engº José Vasco:

“Eu não quero maçar mais os Srs. com este assunto mas obviamente queria dizer aqui duas ou três coisas aos Srs. membros da Assembleia que aqui vieram voltar a falar no assunto da E.T.A.R..

Ao Sr. Engº Carlos Maia quero dizer que não é verdade que não se tenha falado no assunto. De facto, eu aqui, no dia dezanove de Dezembro de dois mil e nove – lembro que a obra começou em Agosto de dois mil e dez – falei nesta obra e na sua localização, que não se sabia exactamente onde iria ser mas previa-se que fosse naquele sítio porque era ali que toda a gente dizia que ia ser feita. Porque o processo nunca foi público. Portanto, no dia dezanove de Dezembro eu falei neste assunto, pelo que é bom que fique claro.

E quero dizer-lhe também o seguinte: que essa história das quatro ou cinco pessoas é uma anedota. É uma anedota. Porque, os Srs. queriam o quê? Que falassem mil?



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Normalmente, os movimentos têm porta-vozes, têm pessoas que dão a cara. Essas quatro ou cinco pessoas são as pessoas que estão a dar a cara. É só isso. E há muitas mais pessoas que estão contra aquela localização.

Ao Sr. Eng^o Inácio, eu quero dizer-lhe que, de facto, não queremos que o lixo fique na nossa sala. Nós queremos é que haja ordenamento do território. E não queremos pôr noutra sítio, para cima de outros. É só isso que está em causa,. Será que não conseguem perceber que é só isso que está em causa? Não é mais nada. Não está absolutamente mais nada em causa.

E, ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, quero dizer-lhe que sei muito bem qual é a minha função na Assembleia. Mas foi o Sr. Presidente da Câmara que sempre se dispôs ao diálogo. Então, que levasse o diálogo até ao fim. E, levar o diálogo até ao fim, era ter feito um estudo independente. Era só isso. Só isso.

E, ao Sr. Agostinho Marques, eu quero dizer-lhe que não vale a pena ficar nervoso porque o meu amigo sabe – e que fique claro hoje aqui – que esta situação não tem nada de pessoal. É só a localização da E.T.A.R., somente. E, relativamente aos e-mail's, eu constatei um facto. Deve ter sido uma ajuda, é natural, facilidades, tudo bem. E relativamente a também repetirem que noventa e cinco da população está a favor, desculpe mas, se me permite, eu só acredito numa coisa dessas no dia em que houver um referendo. Se não houver um referendo, eu nunca acreditarei nisso porque a população o que quer é o melhor. E o melhor não é a E.T.A.R. naquele local.

Nós, a única coisa que pedimos, foi que fosse feito esse estudo por uma entidade independente. Aquilo que nós dizemos e para terminar, é que é mais barato relocalizar a E.T.A.R. e levá-la por gravidade do que fazê-la melhorada neste sítio.”

Foi, depois, dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis:

“Não estou agora a comentar quem disse mas apenas o que se diz.

Lembrando-me eu dos casos do BPN, do BPP, Operação Furacão, banqueiros e parabanqueiros, alguns dos quais até fugiram do País e nem se sabe onde é que andam. Os parabanqueiros, chamar-lhes vigaristas, será assim uma coisa de tão má educação? Chamar-lhe o quê? Se a gente não se indigna, se a gente não se exprime, se a gente não carrega nas palavras, daqui a um bocado, quem for honesto, vai preso porque dá má fama ao movimento. Estamos, de facto, na perversão completa do sistema de valores e do sistema da sociedade. O que é que lhe vou chamar? Eu estava aqui a pensar o que havia de lhe chamar. Mas o problema é que nós é que estamos a pagar. No BPN são cinco mil milhões do nosso dinheiro. E eu não lhe posso chamar-lhes vigaristas? Chamo-lhes o quê? Eu estive ali meia hora a pensar no que havia de lhes chamar. Falsários? O quê, que não fosse má educação, Sr. Presidente? É que, às vezes, de um pobre diz-se que é louco e de um rico diz-se que é excêntrico. Mas é má educação chamar vigarista a um banqueiro? Não é, não Sr. Presidente. Se fôr um pobre já se pode chamar vigarista? A um banqueiro não? Era o que faltava.

Em relação ao Dr. Rodrigues Gonçalves, já falámos disto aqui muita vez. Eu sei que, dos banqueiros, a pátria deles é onde está o lucro. A pátria dos banqueiros é onde está o lucro. E, provavelmente, esse dinheiro que eles andam a investir no estrangeiro, servem-se dos vinte



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mil milhões do aval bancário do Estado Português, para investir no estrangeiro.

Mas, mesmo quando investem cá, pagam de I.R.C. muito menos do que qualquer empresa deste País, das empresas que os banqueiros sugam com a sobretaxação, com os juros especulativos que os banqueiros internacionais estão a desgraçar este País, quando compram dívida pública quase a oito por cento. E nós, depois, temos que ser educados e não falar nisso? A resposta, eles estão a dá-la porque vão à banca pública, ao Banco Central Europeu, a um por cento o juro e especulam comprando dívida ao Estado Português a oito por cento. Isto, não se pode chamar vigaristas? Era o que faltava.”

Foi ainda dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr. Engº Carlos Maia:

“É uma defesa da honra, não pessoal, mas política, entenda-se. Tem a ver com o Partido Socialista.

Nas afirmações que o Engº Vasco fez aqui, não foi nada feliz. Aliás, foi extremamente infeliz, num adjectivar realmente grosseiro. Sinceramente, não esperava isso de si. Mas vou-lhe saber responder à letra aquilo que o Sr. disse.

Quero dizer-lhe que, no Partido Socialista, não há promiscuidade, como o Sr. disse. Nem há promiscuidade entre elementos do Partido Socialista e muito menos com autarcas do Partido Socialista. Porque o Partido Socialista tem muito respeito pelos autarcas que tem. E não entra por caminhos desses, Sr. Engº Vasco.

O Sr. olhe bem para dentro, tenha cuidado com aquilo que diz porque, pretensa promiscuidade – e digo-lhe olhos nos olhos – é o Sr., possivelmente, admitir que, numa reunião em Alvôco das Várzeas, com a população e mais gente, estivessem funcionários seus, com carros seus, pagos com o erário público. Isso, se calhar, é que é promiscuidade, Engº Vasco. E quero aqui dizer-lhe mais uma coisa, para ficarmos bem claros, e não vamos adiantar mais conversas: como diz o ditado, “à mulher de César não basta sê-lo...” E, para bom entendedor, meia palavra basta.”

Seguidamente, o Sr. Engº José Vasco pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Engº Carlos Maia: o Sr. ficou muito nervoso. Mas não era caso para isso porque eu repito aquilo que disse. Não lhe admito é qualquer tipo de insinuação que o Sr. aqui quis fazer. E mais lhe quero dizer: na CAULE, há vários funcionários que têm carros atribuídos e eles vão para onde querem. Têm o carro atribuído e vão para onde querem. E vão continuar a ir, quer o Sr. goste ou não goste, quer o Sr. queira ou não queira. Vão continuar a ir para onde quiserem.

E é só isto que eu quero dizer-lhe. E mais: o Sr., se quiser, concretize as insinuações porque eu não tenho medo delas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para prestar as informações e esclarecimentos solicitados:

“Quero começar por fazer uma saudação muito especial à Dra. Maria José Falcão de Brito, que foi eleita Presidente da Comissão Política Concelhia do CDS. Já tinha dito ao meu



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Chefe de Gabinete para lhe enviar um ofício para vos convidar para uma reunião com o Executivo em permanência. Espero trabalhar convosco, fazendo o vosso papel de oposição, mas uma oposição que eu espero que seja construtiva e que me ajuda a construir um concelho melhor, porque há aí quem ainda sonhe que um homem só é que constrói um concelho. Um concelho é o reflexo da sua população toda. E este concelho de Oliveira do Hospital tem orgulho nesse reflexo, por aquilo que já foi conseguido e por aquilo que foi alcançado. E bastaria citar aqui a dinâmica empresarial que temos em Oliveira do Hospital.

Um Executivo em minoria deve ouvir as outras forças. Não quer dizer que deve responsabilizar as outras forças pelas suas opções porque nós fomos eleitos para tomar decisões. Tenho um problema: não me considero nem nunca me considere um político de carreira. Sou um cidadão normal que, neste momento, está instituído destas funções e que gostaria de as desempenhar com lealdade em relação a todo o meu concelho e de maneira eficiente.

Depois, quero dizer-lhe que este debate mais vivo representa apenas uma coisa: há, hoje, uma cultura democrática que, se calhar, não havia há algum tempo. Não estou a dizer que está bem ou que está mal mas eu e o Presidente anterior somos pessoas diferentes. Cada um tem a sua maneira de ser. É fundamental que sejamos capazes de fazer críticas porque essa é crítica, sobretudo, que alavanca o desenvolvimento do concelho.

Por isso é que também acho que alguns assuntos não são relevantes para o meu concelho, como o que o Rui Abrantes trouxe sobre o pagamento ou não das rendas do Café Central. E acho que é uma forma de arremesso político.

Eu perguntava: se houver um grupo ou dois grupos divergentes e eu fizer o equilíbrio, se eu tomar uma posição que não é a deles, essas pessoas acham que não houve diálogo porque não tomei a posição deles. Porque, se eu tomasse a posição deles, eles achariam que eu era um homem de diálogo. Diálogo porquê? Porque aceitei. Eu pensei que diálogo era partirmos de posições diferentes e tentarmos encontrar uma posição de convergência, comum. Acho que diálogo é isso. Para haver diálogo, tem que haver cedências das duas partes, para se encontrar um equilíbrio. E aquilo que aconteceu com a E.T.A.R. de Alvôco – e digo-o sem problemas nenhuns – é que houve pessoas que mantiveram uma posição irreduzível. E, ao manterem essa posição irreduzível, não há diálogo.

E o Rui Abrantes disse aqui uma coisa, que eu penso que o Sr. é um homem inteligente. E, como é um homem inteligente, tinha percebido, pelas palavras do Engº Vasco, que é difícil, que não estou “a bem com Deus e com o Diabo”. O Sr. é um homem inteligente. Por isso, veja o lapso que cometeu. Porque, se eu estivesse “a bem com Deus e com o Diabo”, estava com a Junta de Freguesia, com a Assembleia e com as outras pessoas.

Quanto à intervenção da Dra. Sónia Martins: eu não queria dar tanto palco ao Rui Abrantes, mas ele tem razão quando diz que o mérito não é do Presidente da Câmara. Mérito é a coragem deste empresário que, num contra-ciclo, agarra e desafia o futuro. Sabe o que é que as pessoas precisam? De ser motivadas. E, se tive algum papel, foi na motivação daquele empresário que, por acaso, até era meu amigo. Eu tinha-me atravessado neste processo porque acreditei noutro projecto que, entretanto, fugiu-me “entre dos dedos”. Por isso, o Presidente da Câmara fez aquilo que devia porque, quem fez o resto, foi aquele empresário, que vai ser



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um empresário de sucesso. E vou dizer-lhe: deixar de dormir algumas noites quando o primeiro processo caiu. E sabe porquê? Porque eu não tinha aquilo que, às vezes, um político tem. Eu gosto de correr depressa mas sem fazer poeira. E, às vezes, há políticos que correm muito devagar e que fazem muita poeira. E vê-se tudo. Quando uma pessoa não faz poeira, não se nota. E digo-lhe que, com alguns dos *dossiers* que correm aqui em Oliveira do Hospital, corro depressa e sem poeira, porque não quero que venham para o domínio público enquanto as coisas não estiverem concretizadas. E esta é uma lição de aprendizagem que tenho feito desde que cheguei a Presidente da Câmara porque esta política tem umas *nuances* que eu desconhecia.

Aprendo todos os dias. Aprendo muito com os Srs. Vereadores, aprendo muito com o anterior Presidente da Câmara porque tem uma experiência autárquica que eu não tenho. E eu não tenho problemas em dizer isso. Porque, quando sair daqui, sou o mesmo homem e tenho mais que fazer quando sair daqui. De certeza que tenho outros afazeres na minha vida, porque não acho que uma pessoa deva ficar a eternizar-se nos cargos que desempenha.

Quanto à B.T.L., não vou falar. Penso que é importante promovermos o concelho. É uma grande mostra de turismo e acho que é importante, sobretudo para vendermos a nossa Feira do Queijo. Este ano, mudámos as características da Feira do Queijo, que se vai realizar no mercado da Feira. Isto também tem a ver com uma razão: o Executivo levará a reunião de Câmara a abertura do processo para a construção da Estação Central de Camionagem e a recuperação do Mercado. Será uma obra que será lançada muito brevemente.

Também já assinámos o contrato do Centro Escolar de Nogueira do Cravo. Apesar de outras opiniões, eu reafirmo categoricamente que vamos fazer uma obra que custa um milhão e quarenta e cinco mil euros. Mas é preciso dizer que a obra vai ter que ser feita até Setembro mas que vai ter uma participação financeira de oitenta e cinco por cento.

Sobre a Avenida Dr. Carlos Campos, vou dizer-lhe que já adjudiquei a execução de um projecto, na minha opinião, muito interessante. Tem sido discutido com os parceiros, com a G.N.R., com os Bombeiros. A Avenida Dr. Carlos Campos vai resolver um problema, porque vai ficar com quatro faixas, duas de cada lado. Serão faixas lentas porque terão passadeiras elevadas. Terá uma rotunda, junto aos Irmãos. E vamos fazer uma coisa que será polémica e que será a entrada, no Parque do Mandanelho, em cerca de dois metros, para ter uma linha de continuidade. Vai ser uma Avenida muito interessante, uma Avenida de cidade. E vamos criar um número elevado de estacionamento, quer para carros, quer para autocarros e T.I.R.'s. E acho que Oliveira do Hospital deve ter estacionamento pago mas, antes disso, deve ter alternativa para as pessoas colocarem as suas viaturas.

Na semana passada, participei numa reunião em Lisboa, onde foi assinado o 2º Protocolo com a A.N.M.P.. O Município de Oliveira do Hospital, digo-o com grande orgulho e também já vinha de trás, é de longe o município que tem a maior taxa de execução e que rondará os setenta e cinco por cento, quando hoje, a nível nacional, querem que seja quarenta por cento. Assim, para estas obras que eu acabei de referir e que ainda não tenho financiamento, espero ir buscar o dinheiro de outros municípios. Isto porque o Sr. Secretário de Estado disse que vai fazer uma bolsa de mérito com os montantes que vai retirar aos municípios que, daquilo que lhes foi atribuído, não tiveram setenta e cinco por cento de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

execução. Na minha opinião – como tive oportunidade de lhe dizer – cometerá uma injustiça porque, à bolsa de mérito, só podem ir os municípios das CIM's que ultrapassam esse desempenho. Na nossa CIM, que tem uma taxa de execução baixa, Oliveira do Hospital, que tem uma taxa de execução acima dos setenta e cinco por cento, não pode ir a essa bolsa de mérito. Eu disse que era uma injustiça mas o Sr. Secretário de Estado não se mostrou muito disponível porque tinha negociado isto com a Associação de Municípios. Acredito que ainda seja possível invertermos isto. Devido a uma medida de excepção, todas as facturas que pagarmos até trinta e um de Dezembro de dois mil e onze, vão ter uma comparticipação de oitenta e cinco por cento.

Ao Sr. Prof. João Dinis, queria dizer-lhe que, sobre o IC 6, ninguém mais do que eu sente se esta obra não fôr realizada. Eu sei, sei o que tenho falado, sei as reuniões em que tenho participado. E vou dizer-lhe: uma pessoa, às vezes, já não acredita em tudo. Mas eu ainda tenho a secreta esperança que, apesar do IC já não ir até à A25, como eu tinha combinado com alguns membros do Governo... O IC 6, era para vir até Oliveira do Hospital e, aqui, começar o IC 7 até Fornos. E isto esteve negociado e custava cento e cinquenta milhões de euros. E este dinheiro vinha da contratualização da auto-estrada Coimbra/Viseu. É possível encontrarmos uma solução, apesar de achar que não deve ser possível fazermos isto até à A25.

Sobre o Conselho Geral da Cordinha e o problema dos mega-agrupamentos, vou dizer-lhe que não gosto de me pôr “em bicos de pés” mas, se hoje este concelho não está em mega-agrupamento, também sei a quem se deve. E os directores das escolas também sabem e sabem o que se passou. Não parto de um princípio que não deva haver uma negociação no concelho de Oliveira do Hospital e que tudo fique como está, em termos de rentabilização de recursos. Penso que isto é possível mas não defendo o mega-agrupamento com três mil e tal alunos, que acho que é disparatado.

Sobre a Escola Superior, deixaria para um próximo capítulo.

Ao Sr. Aníbal, queria agradecer a sua intervenção e a sua sugestão. Nunca tinha pensado nisso e não sei se há possibilidades ou não. Mas vou equacionar esta sugestão de aquisição de um carro mais pequeno pois faz algum sentido utilizá-lo em alguns sítios.

Sobre a questão levantada pelo Eng^o Carlos Maia em relação ao Director da Escola Superior, deixe-me dizer-lhe que não é verdade que ele seja um homem que não quer a Escola Superior cá. Isso não é verdade. Eu sou testemunha, leal, que tem trabalhado muito para que a Escola se mantenha em Oliveira do Hospital. Era uma questão de justiça dizer isto porque é absolutamente verdade.

Sobre a Zona Industrial da Cordinha e o lançamento das duas empresas, eu acredito que vai ser possível. Ainda esta semana estive reunido com os empresários. Vou, também, arranjar-lhes alguns apoios ao nível do IAPMEI, que funcionam, sobretudo, como empréstimos a taxas de juro mais baixas. Neste momento, já estão a fazer os projectos e estão entusiasmadíssimos. Não podemos, então, deixar cair esse entusiasmo.

Também queria dizer algo sobre o empresário da Azuribérica: até agora, aquele empresário não teve um “tostão” de apoio do IAPMEI. Tem sido com dinheiro dele ou da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

banca, onde se financiou. Isto para se perceber e dar-se valor à coragem destas pessoas. Há pessoas em Portugal que não ficam à espera de subsídios, como foi há muitos anos, em que houve muitos subsídios que não serviram para desenvolver o País mas apenas para enriquecer alguns.

Ao Sr. Eng^o Carlos Inácio queria dizer que, isto de estar em todo o lado ao mesmo tempo, não sou Deus. Deus é que está em todo o lado. Não sou Deus nem tenho essas pretensões.

Sobre a E.T.A.R. de Alvôco, Sr. Eng^o Vasco, da noção que eu tenho de diálogo, vou dizer-lhe o seguinte: o Sr. pode dizer que eu disse que ali não era o melhor lugar. Pode dizê-lo. E sabe porque é que o pode dizer? Porque digo-o hoje e reafirmo aqui à frente de todas as pessoas que, se a obra, antes de se iniciar, tivesse sido discutida ou se tivesse a percepção das coisas, não tinha sido feita ali. E digo-lhe porque é que não mandei fazer outro estudo: houve um estudo feito pelas Águas do Zêzere para lá. A obra não é da Câmara Municipal mas eu não me vou escudar nisto. Houve duas reuniões, como o Sr. sabe, e houve um gabinete de arquitectos que fez um estudo. É a última vez que eu vou falar nisto. Os Srs. têm o direito de fazer as manifestações que entenderem, se quiserem trazer os penicos tragam, porque isso, a mim, não me faz diferença nenhuma. É um direito que vos assiste, em democracia.

O Sr. não pode negar que eu tentei – e, se isto não é diálogo, não sei o que é diálogo – encontrar uma terceira via, uma terceira solução. Não a vossa, não a da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia, mas uma terceira alternativa. E o Sr. sabe que eu lhe pedi para ir ver se as pessoas vendiam determinado terreno para uma alternativa. E diga-me uma coisa, olhos nos olhos, o Sr. nunca me deu resposta a este pedido que lhe fiz. Nunca mais. E aquilo que eu comecei a ver foram declarações do seu Movimento, num fundamentalismo atroz, na minha opinião. Sem cedências e sem convergência de posições. E eu estava a trabalhar a outra parte, da Assembleia e da Junta de Freguesia, para termos uma coisa que eu achava que era a melhor solução. Mas também sei, porque mandámos lá umas pessoas, que os proprietários não se disponibilizaram a vender o terreno. Isto não é ser um homem de diálogo? O Sr. é que nunca me deu uma resposta.

E vou dizer-lhe que as Águas do Zêzere dizem-me que o vosso estudo não estava bem feito. E já tinham apresentado um estudo, também de um gabinete de arquitectos independentes que mostravam que aquela solução era demasiado cara. Perante isto, vou ser-lhe sincero: chega-se a um momento que tem que se tomar uma decisão. E eu fiz aquilo que entendi ser razoável. Digo-lhe que entendo que não fica bem ali mas acho que o vosso Movimento fez qualquer coisa. Vou dizer-lhe o que é que fez e vocês deviam ter esse orgulho, de sentirem que participaram numa solução melhor do que aquela que estava a ser instalada. A solução que lá vai ser instalada vai ser muito melhor do que a que estava prevista. Mas também vou dizer-lhe que pensei que, depois desta melhoria, o Movimento tinha percebido que não conseguimos encontrar essa solução mas percebi que há um fundamentalismo. E pareceu-me que havia ali política de contestação em relação à nossa posição, achando que isto não era diálogo. Diálogo, para mim, é partirmos de posições diferentes e tentar encontrar uma posição intermédia. E digo-lhe uma coisa, Sr. Eng^o Vasco: da vossa parte, nunca saíram daquela, daquela e daquela posição. E, como percebeu, tive que tomar uma decisão.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sr. Rui Abrantes: queria dizer-lhe que nem uns nem outros eram Diabos. E também lhe quero dizer que o homem que você apoiou lealmente, quando eu trouxe esta situação a reunião da Câmara, disse “Sr. Presidente, não ligue a isso porque há para aí uns incendiários”. E disse outra coisa, na altura: “e não pare a obra”. O Sr. não pode, agora, dizer que a culpa é deste Presidente da Câmara. E deixe acrescentar que, quando o terreno foi escolhido, não estava cá este Presidente da Câmara. Então, agora, quer assacar-me responsabilidades na compra do terreno? E também não era esta Junta de Freguesia que estava lá.

Parei a obra e bem, numa tentativa de encontrar uma solução menos má. E não me arrependo porque esta negociação levou a uma melhoria da solução adoptada pois aquela E.T.A.R. vai ser uma das mais modernas que temos no concelho e com menos impacto ambiental.

Em relação às passadeiras alteadas do Vale do Ferreiro, quero informar que o trabalho técnico foi daqui da Câmara. Porque é que foram fazer naquele sítio? Porque houve uma proposta da Junta, achei bem e remeti para os Serviços Técnicos. Mas digo que fui lá ver e não achei que aquilo estava bem. Eu estou à espera que acabe o tempo de garantia da obra da cidade, para baixar algumas passadeiras. E, depois de lá ir e de falar com o Sr. Presidente da Junta, mandei alterar aquilo porque as achei demasiado altas. E, quando as coisas estão mal, também temos que ter a honestidade de sermos capazes de as fazer bem.

E, em relação às rendas do Café Central, quando referiu que é filho de um grande amigo meu, pergunto-lhe: os pais têm culpa do que os filhos fazem? Isso é assim? São empresários. Nessa discussão, deve haver honestidade política. Se o Sr. quer saber: neste momento, não me preocupo nada porque está entregue ao gabinete jurídico da Câmara.

No que respeita à E.S.T.G.O.H., este Presidente da Câmara e o seu Executivo vê-se confrontado com o seguinte: há pouco tempo fiz uma reunião em Lisboa porque eu não sou parvo ao ponto de querer fazer a Escola só com o dinheiro do Município. Na luta política, há alguns que sonham: “o Presidente não faz a Escola e a Escola fecha porque o Presidente não mandou fazer a Escola”. Ou então: “a Escola faz-se, daqui a uns anos não tem alunos e este Presidente criou um monstro”. Mas fiquem a saber uma coisa: este Executivo vai lançar a Escola. Este Executivo, contra aquilo que se possa imaginar, vai lançar a Escola porque prefiro ficar lá com um edifício... Porque eu acredito que a Escola ainda vai funcionar uns anos em Oliveira do Hospital. E fez no sábado oito dias que almocei com o Ministro do Ensino Superior, se bem que – perceba-se – que o I.P.C. tem autonomia. Há algumas Escolas em Coimbra que desejam fechar esta Escola por uma razão muito simples.

Mas eu penso que se tem trabalhado, tem-se trabalhado “sem poeira” e que se tem conseguido resolver alguns problemas. Coimbra não nos diz que quer fechar a Escola. Coimbra diz que, se o Instituto tiver uma reestruturação em todas as Escolas, Oliveira do Hospital não fica de fora, porque é uma Escola deles. Mas, o problema é que há muitas formas de matar a Escola. E aquilo que propuseram inicialmente, não era uma reestruturação para as Escolas todas mas era só para a de Oliveira do Hospital. E isso nós não podemos aceitar. Mas o Sr. Presidente do I.P.C. tem sabido destas movimentações todas. Mas, agora, vou dizer quando admito que a Escola feche: admito que a Escola possa fechar um dia por falta de alunos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Digo-vos que o Presidente da Câmara tem feito aquilo que deve fazer e aquilo para que foi eleito. Mas parece que há alguns em Oliveira do Hospital que queriam que a Escola se fosse embora para penalizar o Presidente da Câmara, não percebendo que penalizam todo um concelho e toda uma região.”

Terminada a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia tomou a palavra para felicitar a Sra. Dra. Maria José Falcão de Brito pela sua eleição como Presidente da Comissão Política Concelhia do CDS e para se congratular com a sua presença nesta sessão da Assembleia Municipal.

Seguidamente, entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município – tendo sido dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que deu algumas informações adicionais relativamente à actividade municipal constante da informação enviada previamente aos membros da Assembleia Municipal, concretamente no que diz respeito às reuniões e eventos realizados.

Interveio, depois, o Sr. Eng^o José Vasco:

“Há pouco, ouvi o Sr. Presidente da Câmara a falar da E.S.T.G.O.H. e a dizer que já estava a pensar que poderia pensar no edifício para outros fins. Eu acho que o Sr. Presidente da Câmara só deve ter um objectivo e um fim e que é manter a E.S.T.G.O.H. cá. Até compreendo que, eventualmente, possa pensar mas deixe esses pensamentos para si. Desculpe que lhe diga. Porque o Sr. Presidente da Câmara só deve ter um objectivo e que é manter a E.S.T.G.O.H. cá. E manter a E.S.T.G.O.H. cá mesmo que não seja feito outro edifício mas, preferencialmente, com um novo edifício. Isto porque sabemos que, com um novo edifício, é mais fácil manter a E.S.T.G.O.H. cá.”

Depois, interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis:

“Pelo relato que está aqui do Presidente da Câmara e já noutras Assembleias Municipais, vamos com um ano e cinco meses de mandato. E, se for fazer a conta aos quilómetros, o actual Presidente da Câmara já andou cem vezes mais quilómetros fora do concelho do que o anterior. Não é nada que eu não tenha dito que o anterior Presidente da Câmara não fazia, porque sempre teve a concepção de estar dentro de um castelo, cercado de inimigos por todos os lados. E tinha-os, a começar no próprio partido. Mas deixou-se aprisionar num castelo como se estivesse rodeado de inimigos. O actual Presidente da Câmara sai do castelo e tenta conquistar outros castelos bem longe daqui. Faz aquilo que entende por bem fazer e esperamos que tenha resultados para o Município, do ponto de vista muito pragmático.

Mas há aqui uma questão que me começa a preocupar sinceramente. Não sou propriamente um conselheiro político do Presidente da Câmara, nem tenho essa intenção, nem ele me concede tamanha deferência. Mas este caso da E.S.T.G.O.H. é um caso paradigmático de como um Presidente da Câmara se pode deixar “entalar” num assunto que não é da sua responsabilidade. Este assunto da E.S.T.G.O.H. é da responsabilidade do Governo. Ensino Superior é com o Governo que, por acaso, é do mesmo partido político que o Executivo em permanência na Câmara Municipal. Mas já houve argumentação feita nesta Assembleia, hoje,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a dizer “Sr. Presidente, não deixe a Escola, faça a Escola”. E atenção que, de anterior Ministro do Ensino Superior, o anterior Executivo recebeu um ofício escrito, que aqui foi lido, dizendo que, para o Governo de há cinco anos atrás, não era prioridade a construção do novo edifício da E.S.T.G.O.H. em Oliveira do Hospital. A responsabilidade é do Governo e nós aqui aparamos a responsabilidade do Governo? Duplicamos o preço da interioridade? Ou só se constroem universidades e politécnicos nas cidades, onde há muitos votantes?

E, depois, outro problema: se muda o Governo, como é que vai ser, Sr. Presidente da Câmara? A nossa democracia, o nosso sistema democrático é transparente ou quem está no Governo acode aos seus compadres na política? E os outros, o que é que lhes está a acontecer?

Não estou a fazer nenhuma crítica ao Presidente da Câmara. O Presidente da Câmara tem que jogar no xadrez político todo, como ele diz. Ele não é político mas joga no xadrez político todo? Então, eu é que sou político? Mas isso, faz bem. E espero que tenha resultado. Mas, vejamos como se está a subverter o regime democrático no nosso País.

Se, por hipótese, o Vice Primeiro-Ministro, Passos Coelho, passa a Primeiro-Ministro? Nós esperamos que não e tudo faremos para que isso não aconteça porque, mais do mesmo, também já chega. Mas, se isso acontece, depois, como é que é? Isto é uma preocupação. O nosso regime democrático está a ser subvertido neste tipo de relacionamento entre poder central e poder autárquico. A autonomia do poder autárquico e a luta pela autonomia do poder autárquico é anterior à constituição da própria nacionalidade.”

Seguidamente, o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Oliveira, pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Eu, quando tenho que criticar, pela negativa ou pela positiva, faço-o. E, em relação ao Ponto I, queria congratular-me em relação à actividade e situação financeira do Município. Num ano de contenções, em que as juntas de freguesia também estão a sofrer com essa situação, queria congratular-me mais uma vez pela disponibilidade que o Gabinete de Apoio às Freguesias tem dado à Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital e penso que a todas as outras. E, quando se fala aqui que não se tem visto nada, era importante passar pelos diversos Executivos das Juntas de Freguesia e questionarem o que é que eles já fizeram até agora porque os orçamentos, só com os custos fixos, deixam-nos pouca disponibilidade para obras. E, se não fosse a atitude que o Município teve em relação à disponibilização de verbas às juntas de freguesia... Também seria importante questionar-nos sobre o que fazemos com a verbas que o Município disponibiliza às juntas de freguesia: no ano passado foram quinhentos mil euros e, neste ano de contenção, irá ser de seiscientos mil euros. O Município tem tido uma atitude digna o que, pelo menos para a minha maneira de estar, dá-me outro atractivo de me poder “mobilizar” e para fazer as tais obras, pequenas, na Junta de Freguesia. Também permite, a quem passar pela Junta de Freguesia, visualizar algumas delas.

Queria também ressaltar uma questão e que era para, este ano, não se esquecerem da questão das podas na cidade porque o tempo urge, daqui a uns dias estão a nascer as flores e, depois, é estarmos a matar plantas.”

Interveio, depois, o Sr. Presidente da Câmara:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“As Juntas de Freguesia tiveram uma verba distribuída de quinhentos mil euros. Este ano, melhorou-se para seiscentos mil euros mas vamos fazer as coisas de maneira diferente. Eu e o Prof. Daniel fizemos uma ronda pelas Juntas de Freguesia. Neste momento, decorre uma inspeção na Câmara Municipal e temos que identificar, num relatório para lhes ser entregue, aquela verba que foi entregue a cada Junta de Freguesia. Isto para verem se o dinheiro foi bem ou mal gasto.

E, este ano, vamos ter que o fazer de forma diferente. E de forma diferente é fazemo-lo através de protocolos, com as obras bem definidas. E, se há uma coisa que me tem dado gozo fazer, é este trabalho em conjunto com as Juntas de Freguesia. Acho que tem sido um trabalho muito bem conseguido. E gostaria de ressaltar aqui uma grande lealdade com todos os Srs. Presidentes de Junta, o que tem rendido ao concelho um trabalho melhor desenvolvido.

Como podem ver pela análise aos quadros relativos à dívida, tem havido uma gestão rigorosa porque, com o aumento das despesas com a água e com o saneamento, temos menos dinheiro. Mas temos tido, sem dúvida nenhuma, um rigor financeiro nas compras e na gestão. Acho que as Juntas de Freguesia também têm sido rigorosas. Penso que é possível, todos juntos, fazermos um bom trabalho, independentemente dos partidos que cada uma representa.”

Seguidamente, entrou-se no Ponto II da Ordem do Dia – Análise e discussão dos preços praticados e da política de tratamento de águas da empresa Águas do Zêzere e Côa – assunto incluído por indicação do Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis, a quem foi dada a palavra:

“Muito obrigado por terem feito incluir este Ponto na Ordem do Dia. Não tanto por ter sido eu a propor mas principalmente porque é, de facto, um assunto da maior importância. A questão da distribuição da água pública e do saneamento, do ponto de vista das responsabilidades autárquicas, são e serão sempre assunto estratégico.

No nosso Município, há bens que vieram por mal porque, no início dos anos oitenta, o nosso Município já tinha uma taxa de cobertura de água e de saneamento superior a oitenta por cento ou a oitenta e cinco por cento. Isso foi um bem mas agora está a transformar-se num mal porque essas redes estão a ficar obsoletas, estão fora dos prazos de validade e necessitam de ser substituídas. E isto numa altura em que tudo indica que as verbas comunitárias correm para ser drasticamente reduzidas. Falo também na minha freguesia, que é das freguesias que tem redes de água e de saneamento há mais anos. E tem uma taxa de perda de água que deve andar perto dos quarenta por cento.

E eu poderia ler aqui aquilo que aqui disse, nesta Assembleia, há oito anos atrás, em Março de dois mil e três, quando a Assembleia Municipal votou a favor a proposta que veio do Executivo – onde todo o Executivo tinha votado a favor – da concessão às Águas do Zêzere e Côa. Detestando, ao mesmo tempo, ter sido o único a ter tido razão, naquela altura fui o único que votei contra. Para meu aborrecimento, a vida veio dar-me razão.

Primeiro, a água esteve cinco ou seis anos sem aparecer nas torneiras. O saneamento anda para trás e para a frente. Vila Franca da Beira continua com duas fossas sépticas a drenar



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a céu aberto. Houve melhorias. A água tem mais pressão. Eventualmente, terá melhor qualidade, se não houver mais incêndios na Serra. Mas, como eu disse aqui nessa Assembleia, a água da Senhora do Desterro não vai chegar, no Verão, para cobrir toda a necessidade do Município inteiro.

Essa, a opção estratégica... Não havia opção, não havia alternativa, tinha que ser assim, já que foram para aí empurrados por imposições ilegítimas e politicamente muito controversas de vários Governos. O objectivo final é privatizar o recurso hídrico, a água, um bem comum, que não pode ser o negócio de alguns. Era para aí que se caminhava. Aliás, nessa altura, já havia previsões de privatização das Águas de Portugal. Esta só ainda não foi privatizada porque o “bolo ainda não está cozido”, ainda não tem lá “a cereja em cima”. Ou seja, nenhum investidor privado se vai meter, agora, a gastar dinheiro nas Águas do Zêzere e Côa. Mas, quando o esforço público for todo lá gasto e estiver “o bolo prontinho e com a cereja”, então entrega-se para, depois, eles terem lucros e ainda subirem mais a água.

O Sr. Presidente da Câmara, em Dezembro passado, fez aqui afirmações que, de facto, ainda mais me alertaram para esta situação. São declarações frontais, desassombradas. A questão é esta: estamos a pagar água mais cara do que alguns municípios vizinhos. Também há municípios que estão a pagar a água ainda mais cara do que nós. A Câmara Municipal, pelas palavras do Sr. Presidente, já está com um *deficit* de quinhentos mil euros, para não fazer repercutir todo o aumento. Eu não consultei o *dossier* da concessão mas estamos a pagar a água, agora, ao preço que só devia estar daqui a vinte anos.

Desde logo, não só pelos atrasos da obra, mas também por isto é motivo de justa causa para rescindir o contrato de concessão por trinta anos, salvo erro. Aliás, eu, há oito anos, dizia que trinta anos é, de facto, uma hipoteca muito grande sobre o futuro do Município nesta matéria.

Portanto, a questão que se põe é: afinal, qual é o futuro disto? Toda a gente diz que temos que pagar mas há países, que são da União Europeia, onde, por exemplo, nunca é cortada a água totalmente a quem não tem dinheiro para a pagar, assim como com a electricidade, porque são bens públicos de primeira necessidade.

Por isso, aqui, o Município também está a ficar refém. Acho que até o actual Governo e a actual Ministra que, infelizmente, não está aqui hoje nesta Assembleia pois gostaria de lhe agradecer os quarenta e tal mil euros que o Município teve que pagar de retroactivos do ano passado. Mas, estas habilidades todas não podem repercutir-se no bolso dos desgraçados que já não têm dinheiro para pagar as necessidades básicas.

Portanto, aqui, a questão é: o Sr. Presidente da Câmara fez declarações recentes. Pretende sair e ir para as Águas do Mondego, onde a água é mais barata? Se assim for, vale a pena.”

Terminada esta intervenção, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Também eu tive o cuidado de ir buscar algumas declarações da Assembleia onde isto foi aprovado. Tenho aqui a acta e poderia ler coisas interessantes, dos posicionamentos dos diferentes actores políticos na altura. E queria defender o seguinte: o modelo que foi adoptado



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e criado pelas Águas de Portugal não me parece que tenha sido errado. O Município tinha três situações: entrar nas Águas do Zêzere e Côa, podia entrar numa empresa supramunicipal ou podia criar uma empresa municipal. Isto porque os municípios, só por si, não podiam ir buscar dinheiro para estas obras ao quadro comunitário. Isto é preciso entender-se. Por isso, acho que a medida de se ter entrado nas Águas do Zêzere e Côa, na minha opinião foi a solução menos má porque, se o concelho de Oliveira do Hospital não tem entrado em nada, não tenho dúvidas que hoje estávamos muito mais atrasados do que o que estamos.

Às Águas do Zêzere e Côa colocam-se dois problemas. E quero ressaltar que não tenho nada contra os Administradores das Águas do Zêzere e Côa nem contra os seus trabalhadores. Nunca escondi algumas negociações que tenho estado a fazer, para trazer um dia aqui à Assembleia. Eles têm sido de uma correcção extrema. E quero dizer ao João Dinis que não há nenhuma empresa privada a querer comprar as Águas do Zêzere e Côa. E vou dizer porquê. Porque, neste momento, eles têm um passivo de duzentos milhões de euros, que não se resolve com um problema de tarifário. Como esta há mais empresas que estão completamente falidas. E elas estão debaixo de um chapéu, que são as Águas de Portugal. Mas ninguém quer empresas falidas na iniciativa privada. E porque é que esta empresa está, neste momento, com estes problemas? Esta empresa teve apenas sessenta por cento de financiamento comunitário, numa discriminação onde outras empresas do Grupo Águas de Portugal tiveram subsídios entre setenta e cinco e oitenta por cento. Criou-se logo aqui uma diferença.

E, depois, há o problema da escala. E aqui há erros da responsabilidade governativa. Nesta adesão contava um município importantíssimo dentro da Águas do Zêzere e que era a Covilhã. Deixaram sair a Covilhã e não o deviam ter feito, daí ter havido responsabilidade política. Os estudos tinham sido feitos a contar com a Covilhã no sistema. E, através de uma Portaria, deixaram-nos sair. Este problema “matou” as Águas do Zêzere e Côa e hoje a empresa tem um passivo demasiado elevado que não será resolvido com o aumento das tarifas da água.

Tem havido reuniões dos dezasseis municípios que integram a empresa. Houve uma reunião na Câmara da Guarda onde catorze municípios subscreveram um documento que, na minha opinião, custa sessenta mil euros aos municípios, para pedirem a nulidade dos contratos tendo como fundamento o facto das tarifas estarem previstas só para o ano de dois mil e vinte e sete. Oliveira do Hospital e Seia não se solidarizaram com os restantes municípios por uma razão muito simples: é preciso dizer que alguns municípios que até fizeram parte do Conselho de Administração e até recebiam dinheiro do Conselho de Administração, dotaram os seus concelhos de infra-estruturas. Já têm as infra-estruturas e, agora, é fácil. Querem ir-se embora. Mas têm as infra-estruturas todas feitas. E eu não podia pactuar com isso. Não sei porque é que as nossas obras se atrasaram tanto em relação às outras.

Este é um quadro dramático. E Seia e Oliveira do Hospital acharam que tínhamos um conjunto de obras que poderíamos pôr em perigo se pedíssemos a nulidade dos contratos, como os outros. As obras poderiam ser paradas, até o Tribunal decidir. Eu não tinha condições para fazer isto, deixando obras por realizar ou concluir.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Então, o que fizemos? Fomos saber quem é que tem melhores preços. Encontrámos as Águas do Mondego, que, neste momento, vendem a água a quarenta e cinco cêntimos. No ano passado, as Águas do Zêzere aumentaram a água em dez por cento e este ano aumentaram-na quinze por cento. Nós votámos contra os aumentos mas não nos valeu de nada porque eles têm maioria. Ainda por cima, houve um aumento que foi decretado em Outubro e que teve efeitos retroactivos a Janeiro.

Oliveira do Hospital tem tudo pago mas há Câmaras que devem muito. Uma delas deve quatro milhões de euros.

Por isso, pergunta-se: qual é o caminho? Nós e Seia auscultámos as Águas do Mondego, se estariam interessados na nossa adesão, negociando um contrato muito mais baixo. Também já tivemos uma reunião com a Sra. Ministra porque, para sairmos das Águas do Zêzere e Côa, precisamos de um Despacho superior, tal como a Covilhã teve. Mas também precisamos que na Assembleia das Águas do Mondego digam que nos aceitam. Mas nós há um ano que trabalhamos isto, em termos de estudos de viabilidade de impacto económico. Por sua vez, precisamos que, na Assembleia de Março, as Águas do Zêzere nos libertem. E não há intenção de prejudicarmos as AZC. Como eu disse, há uma relação de respeito e de amizade. Então, dissemos-lhes que as Águas do Mondego pagam todas as infra-estruturas. Como eles têm um problema de gestão, estas verbas dadas pelas Águas do Mondego para ficarem com Seia e Oliveira do Hospital, pagam as infra-estruturas todas. E as Águas do Mondego até as acabam. Este é um processo ainda moroso, complexo e que não vejo que tenha “luz verde” rapidamente.

O que é que se compra às Águas do Zêzere? Compra-se a água em alta, ou seja, até entrar nos nossos depósitos. E no saneamento compra-se o tratamento. São as duas variáveis, porque a baixa é nossa. Outro problema é o seguinte: nós compramos determinado volume de água às Águas do Zêzere mas vendemos muito menos devido às perdas na rede, como já foi referido pelo João Dinis. E, no saneamento, há outro problema: o nosso sistema deixa entrar muitas águas pluviais, pelo que pagamos o tratamento de águas pluviais como se fossem saneamento.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara passou à explanação do conteúdo de alguns diapositivos entretanto exibidos e que se referiam ao ponto de situação nos contratos celebrados entre o Município de Oliveira do Hospital e a Águas dos Zêzere e Côa, SA, relativos ao Contrato de Fornecimento de Água e ao Contrato de Recolha de Efluentes.

O contrato foi celebrado em 17 de Fevereiro de 2005, na sequência do contrato de concessão da exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Alto Zêzere e Côa, celebrado entre o Estado e a sociedade Águas do Zêzere e Côa, SA.

A cobertura do abastecimento de água através do Sistema Multimunicipal abrange a maior parte do território municipal, existindo reservatórios de água em Cabeço de Sinde, Zona Industrial, Póvoa das Quartas, Catraia de São Paio, Senhor das Almas, Bobadela, Travanca de Lagos, Negrelos, Lagares da Beira, Ervedal da Beira, Vila Franca da Beira, Seixo da Beira e Sobreda.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Contrato de Recolha de Efluentes foi celebrado em 17 de Fevereiro de 2005, na sequência do contrato de concessão da exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Alto Zêzere e Côa, celebrado entre o Estado e a sociedade Águas do Zêzere e Côa, SA.

A cobertura do serviço de recolha de efluentes através do Sistema Multimunicipal abrange a maior parte do território municipal, com previsão de ETAR's em Seixo da Beira, Sobreda, Vila Franca da Beira, Ervedal da Beira, Fiais da Beira, Andorinha, Lagares da Beira, Travanca de Lagos, Meruge, Lajeosa, Vendas de Gavinhos, Bobadela, Oliveira do Hospital, São Gião, Penalva de Alva, Santo António do Alva, São Sebastião da Feira, Alvôco das Várzeas, Aldeia das Dez, Avô, Vila Pouca da Beira e Santa Ovaia.

No que respeita ao serviço de recolha de efluentes, estão em construção Seixo da Beira, Sobreda, Fiais da Beira, Andorinha, Lagares da Beira, Travanca de Lagos, Meruge, Lajeosa, Bobadela, São Gião, São Sebastião da Feira, Santa Ovaia e Alvôco das Várzeas. Em funcionamento encontram-se já Oliveira do Hospital, Penalva de Alva e Vila Pouca da Beira, e os próximos investimentos serão: Vila Franca da Beira, Ervedal da Beira, Vendas de Gavinhos, Santo António do Alva, Aldeia das Dez e Avô.

No que respeita à evolução da situação tarifária (2010), o quadro-síntese demonstra claramente as perdas registadas na rede:

	Volume fornecido pela AdZC (M3)	Volume facturado MOH (M3)	Valor pago à AdZC (€)	Valor cobrado MOH (€)
Jan-10	11.205	54.198	6.648,09 €	39.413,00 €
Fev-10	8.082	50.552	4.799,22 €	34.691,00 €
Mar-10	11.452	51.986	6.800,37 €	36.586,19 €
Abr-10	100.327	61.887	59.575,68 €	44.642,97 €
Mai-10	71.097	63.260	42.218,46 €	45.947,23 €
Jun-10	72.694	65.582	43.166,79 €	49.841,49 €
Jul-10	79.870	74.669	47.864,33 €	60.621,94 €
Ago-10	102.347	81.932	61.043,63 €	69.609,99 €
Set-10	79.431	83.259	51.995,48 €	73.609,99 €
Out-10	110.178	67.580	72.112,47 €	54.605,14 €
Nov-10	71.241	60.482	46.581,21 €	42.414,73 €
Dez-10	73.317	59.491	47.938,62 €	41.711,22 €
Total 2010	791.241	774.878	490.744,35 €	593.694,89 €

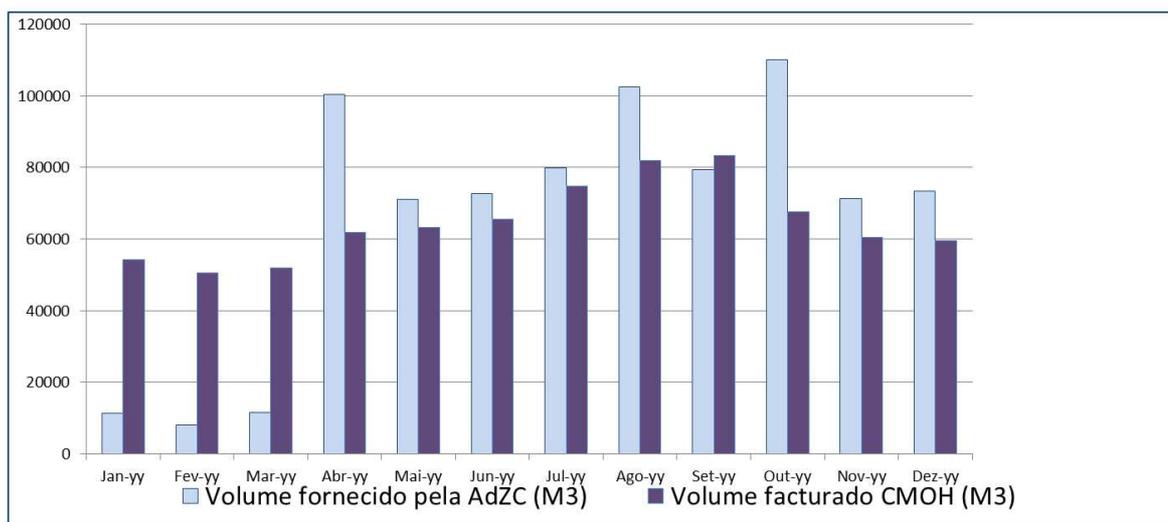
No que respeita à evolução em termos de volume de água fornecido pelas Águas do Zêzere e Côa e distribuído pelo Município, verifica-se que as diferenças resultam de perdas na rede e das instalações que beneficiam de isenção:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

	Volumes fornecidos pelas AdZC	Volumes distribuídos pelo Município	
Jan-10	11.205	54.198	42.993
Fev-10	8.082	50.552	42.470
Mar-10	11.452	51.986	40.534
Abr-10	100.327	61.887	-38.440
Mai-10	71.097	63.260	-7.837
Jun-10	72.694	65.582	-7.112
Jul-10	79.870	74.669	-5.201
Ago-10	102.347	81.932	-20.415
Set-10	79.431	83.259	3.828
Out-10	110.178	67.580	-42.598
Nov-10	71.241	60.482	-10.759
Dez-10	73.317	59.491	-13.826

No que respeita ao gráfico comparativo dos volumes facturados pela AdZC e facturados pela CMOH, verifica-se que, no mês de Setembro, o Município vendeu mais água do que comprou porque, para além de ter havido abastecimento por parte dos bombeiros, houve problemas na freguesia do Seixo da Beira e teve que se proceder à ligação do sistema antigo de abastecimento.





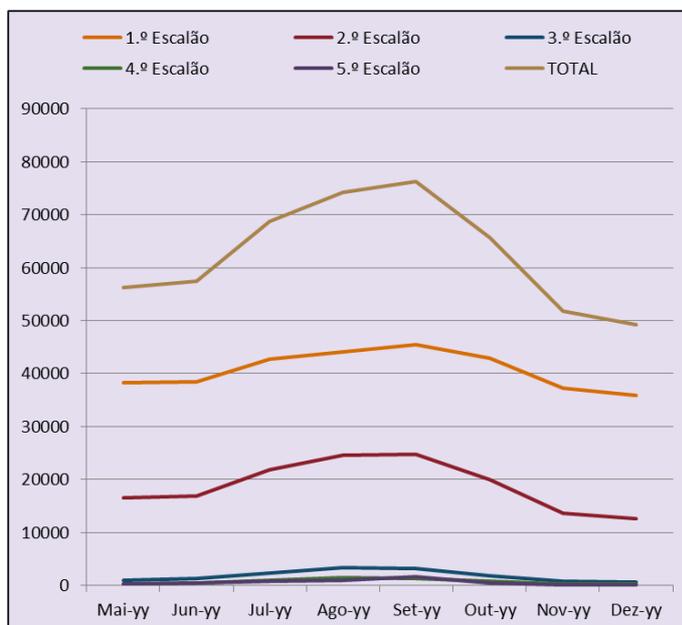
MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No que respeita aos custos para o Município, verifica-se que, apesar do custo inicial por metro cúbico de água ser de 0,6178 €, o custo final por metro cúbico cifra-se em 1,0620 €.

0,6178 €		Preço por m ³ pago à AdZC sobre os volumes fornecidos pela AdZC
+ 0,0152 €	0,6333 €	Preço por m ³ pago à AdZC sobre os volumes cobrados pelo Município
+ 0,2980 €	0,9158 €	Preço por m ³ acrescido do custo médio por m ³ relativo a encargos com o pessoal afecto ao serviço
+ 0,4442 €	1,0620 €	Preço por m ³ acrescido do custo médio por m ³ relativo a todos os encargos municipais com o serviço

Considerando que o Município factura o primeiro escalão da água a 0,53 € e o segundo escalão a 0,85 €, em média, não dá para os dois primeiros escalões, que é onde se situa a grande maioria dos consumidores.

Tendo por base os volumes de água cobrados pelo Município, é de salientar, como demonstra o gráfico, que só nos meses estivais (Julho, Agosto e Setembro) é que há uma parcela mais significativa dos consumos a ser cobrada pelo 2.º escalão, o que permite diminuir nesses meses o diferencial entre os valores pagos à AdZC e os valores cobrados pelo Município:

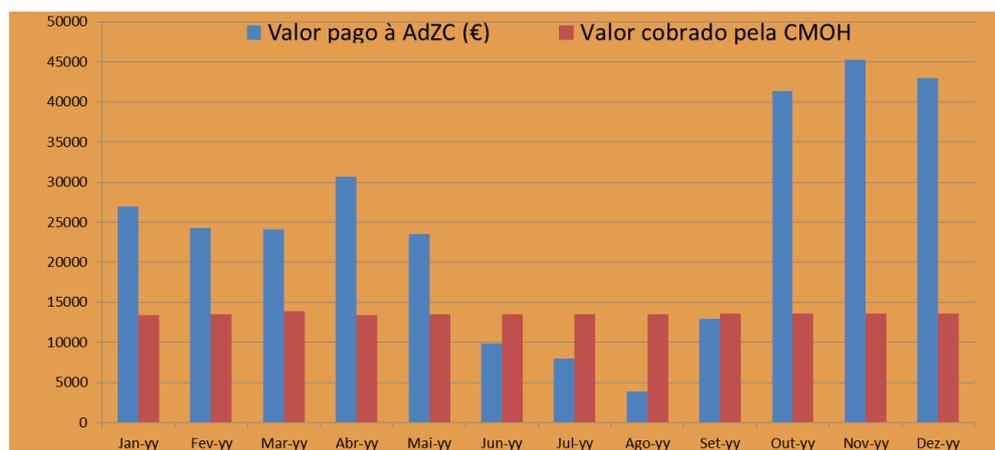




MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No que respeita à recolha de efluentes, a situação é substancialmente mais grave, tanto mais que deve ser tido em consideração que os dados constantes dos quadros seguintes dizem respeito só às três E.T.A.R.'s em funcionamento:

	Volumes recolhidos pela AdZC	Valor pago à AdZC	Valor cobrado pelo Município
JAN-10	43.680	26.919,11 €	13.455,54 €
FEV-10	39.520	24.256,59 €	13.482,09 €
MAR-10	39.318	24.132,60 €	13.894,05 €
ABR-10	49.937	30.650,33 €	13.434,30 €
MAI-10	38.258	23.481,99 €	13.467,93 €
JUN-10	16.087	9.873,88 €	13.473,24 €
JUL-10	13.107	7.935,61 €	13.482,09 €
AGO-10	6.234	3.851,10 €	13.529,88 €
SET-10	18.220	12.928,00 €	13.570,59 €
OUT-10	58.330	41.388,18 €	13.563,51 €
NOV-10	63.862	45.313,41 €	13.581,21 €
DEZ-10	60.638	43.025,82 €	13.579,44 €
	447.191	293.756,62 €	162.513,87 €



Os dados transcritos anteriormente revelam que nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro, há uma significativa redução nos volumes de efluente recolhido, o que, sendo inversamente proporcional ao aumento no fornecimento de água nesse período, revela que as nossas redes de recolha de efluentes apresentam elevados índices de infiltração de águas pluviais, razão pela qual os volumes de efluentes recolhidos nos períodos de chuva incorporam grandes volumes de águas pluviais.



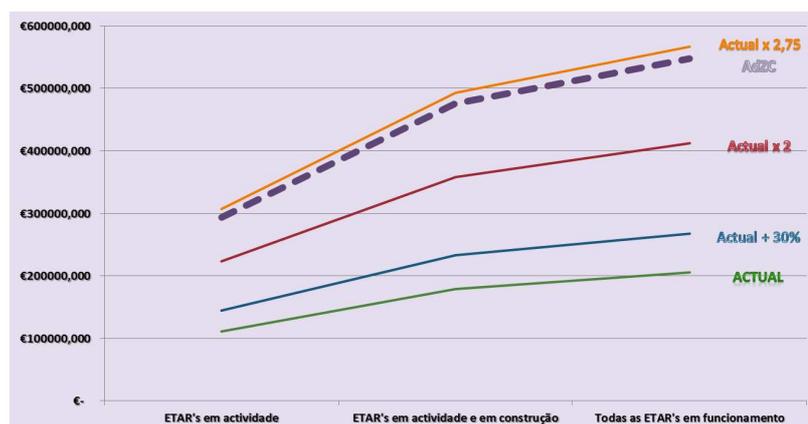
MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Como se verifica no quadro abaixo e apenas em relação às povoações com redes de saneamento já servidas por ETAR's transferidas para a gestão da AdZC, existe um comportamento diferenciado no período estival, face ao restantes meses do ano. No Verão há maior consumo de água em utilizações não domésticas e sem afluência de efluentes à rede de saneamento (para além das ausências da residência e suspensões das actividades industriais devidos às férias, enquanto no Inverno, apesar de haver menor consumo de água da rede pública, há maior afluência de caudas residuais às redes de saneamento, por efeito das infiltrações:

	Volume de água fornecido	Volume de efluente recolhido	Taxa de afluência aos órgãos de tratamento
Período estival	143.597	53.648	37,36%
Resto do Ano	234.966	393.543	167,49%

Ainda no que respeita à evolução da situação tarifária, apresentam-se ainda dois quadros com previsões de encargos e receitas relativos à recolha de efluentes:

	Previsão de encargos com a AdZC para os volumes recolhidos, primeiro incluindo as ETAR's já em construção e depois incluindo todas as ETAR's	Previsão de receitas municipais, com aplicação das actuais tarifas de conservação de esgotos em vigor	Previsão de receitas municipais, com aplicação de tarifas indexadas ao consumo e com actualização da taxa actual em 30%	Previsão de receitas municipais, com aplicação de tarifas indexadas ao consumo e com actualização da taxa actual em 200%	Previsão de receitas municipais, com aplicação de tarifas indexadas ao consumo e com actualização da taxa actual em 275%
ETAR's em actividade	293.756,62 €	111.488,77 €	144.935,40 €	222.977,54 €	306.594,11 €
ETAR's em actividade e em construção	475.462,68 €	179.132,44 €	232.872,17 €	358.264,88 €	492.614,21 €
Todas as ETAR's em funcionamento	547.545,70 €	205.966,77 €	267.756,80 €	411.933,54 €	566.408,62 €
		38 %	49 %	75 %	103 %





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Terminada a apresentação dos diapositivos, o Sr. Presidente da Câmara fez ainda a seguinte intervenção:

“O custo da água, este ano, vai para sessenta e seis cêntimos. Se temos uma empresa que nos faz quarenta e cinco cêntimos, percebe-se que há aqui um diferencial enorme.

Outra proposta que nós, os municípios, fizemos foi no sentido da criação de um fundo de equilíbrio tarifário. Enquanto que nós temos o custo que já referi, de sessenta e seis cêntimos, Lisboa paga apenas vinte e cinco cêntimos pelo primeiro escalão.

E quero dizer-vos que o Presidente deste Município não encara fazer aumentos substanciais. Penso que se devem fazer alguns reajustamentos em termos de escalões, nomeadamente no primeiro escalão, passando o tecto máximo de sete para cinco metros cúbicos. Também deve haver apoios sociais para as pessoas que têm dificuldade em pagar a água e para famílias numerosas. E a nossa luta principal não deve ser no sentido de aumentar a água mas no sentido de descer os custos de aquisição.

Não é justo que, em Lisboa se pague a água a vinte e cinco cêntimos e nós, aqui, tenhamos que pagá-la a sessenta e seis cêntimos.”

Seguidamente, pediu a palavra o Sr. Rui Abrantes para fazer a seguinte intervenção:

“Na realidade, este é um dos temas que necessita realmente de consenso.

Mas, antes de passar a este assunto, gostaria de fazer uma observação ao Sr. Presidente da Assembleia: parece-me, para quem recebe a Ordem de Trabalhos em casa, que era importante saber o porquê deste ponto. Poderia ter sido mencionado na Ordem de Trabalhos que foi um ponto introduzido a pedido de um membro da Assembleia Municipal. Assim, foi mais fácil compreender o não envio de documentação.

No que respeita a esta questão e como fui apanhado de surpresa acerca da maior parte destes valores, queria fazer duas ou três perguntas, baseado sempre no consenso que o Sr. Presidente defende e que nós também defendemos. Hoje pagamos sessenta e seis cêntimos às Águas do Zêzere e Côa e cobramos cinquenta e três cêntimos. Não querendo ver isto como um negócio, estamos a ter prejuízo, tal como as Águas do Zêzere e Côa estão. E vão ter ainda mais prejuízo no caso de viermos a sair. Se calhar, vamos ser pouco solidários com os outros catorze municípios pois vamos agravar-lhes a situação. Se vimos a nossa situação agravada com a saída da Covilhã, porque se perdeu dimensão... E é essa a justificação para Lisboa só pagar vinte e cinco cêntimos. Têm dimensão, têm dois milhões de consumidores, é normal que seja mais barato, apesar de injusto. Quanto maior dimensão tem o sistema, mais barato pode ficar.

Era esta pergunta que lhe queria fazer objectivamente em relação às Águas do Mondego: quantos municípios são e qual é a dimensão daquilo.”

O Sr. Presidente da Câmara respondeu:

“Em relação à solidariedade com os outros municípios, digo que nós entrámos para lá porque era a solução possível. Mas, a maior parte das infra-estruturas nos outros concelhos estão feitas e as de Oliveira do Hospital e Seia não estão. Estão muito atrasadas em relação aos outros. Se calhar, devia também ter havido outra solidariedade com Oliveira do Hospital.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

E não a tivemos.

Eu fui eleito para defender o meu concelho, assim como os outros Presidentes da Câmara foram eleitos para defender os concelhos deles. E aqui não é uma questão de solidariedade mas de custo porque, em vez de arrastar só uns para o abismo, iremos todos. Como já disse, há uma Câmara que deve quatro milhões de euros, mas eu até percebo porque, como é o último mandato, “alguém que venha e que feche a porta”.

Mas eu tenho é a obrigação de lutar e de fazer a defesa dos meus munícipes. E temos trabalhado na tentativa de encontrar uma solução. Se criarem o fundo de equilíbrio tarifário e nos colocarem a água a quarenta e cinco cêntimos, se calhar nem faz sentido sairmos. E bastava fazer uma coisa: não era aumentar aos de Lisboa de vinte e cinco para quarenta e cinco cêntimos. Os estudos dizem que basta passar para trinta cêntimos. Ou seja, a diferença dos cinco cêntimos é suficiente para a compensação.”

O Sr. Rui Abrantes prosseguiu:

“Não está posta em causa a defesa, da sua parte, dos interesses de Oliveira do Hospital.

Eu queria perguntar-lhe: as Águas do Mondego vão ficar com as infra-estruturas que são das Águas do Zêzere e Côa. E, pelo que percebi, quer ficar nas Águas do Zêzere e Côa enquanto as infra-estruturas não estão feitas. Depois de estarem feitas, sairemos para as Águas do Mondego. Foi o que eu entendi. Como é que, depois, isso se irá processar? As Águas do Mondego irão explorar essas infra-estruturas? Haverá algum custo que o Município tenha que suportar? As Águas do Mondego irão pagar, eventualmente, indemnizações às Águas do Zêzere e Côa? Eram estas questões que eu solicitava que fossem esclarecidas.”

Seguidamente, interveio o Sr. Eng^o Carlos Inácio:

“Este assunto foi levantado pelo nosso amigo que fez a intervenção inicial e que faz muitas profecias. Gosto dessa maneira de ser profeta e de fazer profecias, da desgraça, até. Eu não consigo fazer.

Há Câmaras que têm entrado para este sistema intermunicipal das águas e há outras que têm saído. O Sr. Presidente falou da Câmara da Covilhã, que saiu, mas há Câmaras que estão a entrar para esse sistema, como é o caso concreto da Câmara de Coimbra. As Águas de Coimbra, que estavam independentes, aderiram ao sistema e deixaram de ser da Câmara Municipal.

Acho que, nesta Assembleia, devíamos deixar de nos preocupar com coisas de *lana caprina*, como se costuma dizer, e irmos às questões essenciais.

Gostaria, agora, de ler a posição política de princípio do Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital:

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal pretendem com esta declaração de princípio manifestar a sua posição política relativamente à postura pela qual a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e o seu Presidente devem pugnar no que diz respeito à política de preços e tarifários de água e saneamento.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Neste sentido, os eleitos do PS defendem que deverá haver uma política de não aumento dos preços de água e saneamento repercutidos no consumidor final, ainda que estejam abertos à possibilidade de serem efectuados alguns ajustamentos correctivos de forma a não onerar demasiado o Orçamento Municipal, diminuindo a capacidade de investimento da Câmara Municipal.

Defendemos deste modo, que o Município de Oliveira do Hospital e os seus órgãos deverão assumir o custo social a suportar para com os preços reais de água e tratamento de esgotos praticados.

Esta posição vai naturalmente ao encontro dos princípios que norteiam a criação do designado Fundo de Equilíbrio Tarifário por parte da tutela do sector, com vista a diminuir as grandes discrepâncias do custo de água e tratamento de esgotos, que se verificam no país, em especial, as diferenças que existem entre os preços praticados no interior rural de baixa densidade demográfica e nos grandes aglomerados urbanos.

Deste modo, o grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal vem manifestar solidariedade para com o Presidente da Câmara Municipal pelas posições assumidas relativamente à busca de novas soluções quanto a melhores condições de tarifários a aplicar no Concelho de Oliveira do Hospital.”

Interveio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis:

“Este assunto da água e do saneamento – reafirmo – é, porventura, o assunto estratégico número um em termos da responsabilidade de facto autárquica no nosso Município, como noutros municípios. É um assunto estratégico e é, como se vê, um assunto bastante complicado.

Quanto às referências às profecias da desgraça, eu não sou bruxo mas isto só podia dar no que está a dar. Se fosse bruxo, em vez de acertar na desgraça, acertava no totoloto. Não sou bruxo. Portanto, as declarações de voto de há oito anos atrás, podem lê-las.

Já agora, é curiosa esta posição do Partido Socialista, comparando com uma intervenção inicial do Dr. Rodrigues Gonçalves. Isto de aumentar ou não aumentar o tarifário, é condicionar a actuação do Município. Nós, aqui, estamos para fiscalizar mas não para condicionar a actuação do Presidente da Câmara. Aliás, foi a receita que foi dada no início para outras intervenções aqui. Mas eu até acho que a Assembleia Municipal deve condicionar a acção do Município. Condicionar para o bem e condicionar para que não erre. Se fôr assim, qual é o problema?

Há oito anos atrás, o assunto veio aqui à Assembleia Municipal, do Executivo onde foi votado pelo PS e pelo PSD, sem opção nenhuma para esta Assembleia Municipal. Só havia Águas do Zêzere e Côa. Não havia alternativa. Por acaso, eu votei contra. Não foi por acaso...

Os municípios foram empurrados para este tipo de pseudo-soluções desde mil novecentos e noventa e quatro, data da primeira revisão da Lei da Água, do então Primeiro-Ministro Cavaco Silva. Foram para aí empurrados. Porquê? A pretexto das escalas, planeamento intermunicipal. Porque, de facto, havia logo a previsão de serem privatizados, o recurso água e o saneamento. À altura em que nós votámos aqui a concessão, estava prevista



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

já a privatização de trinta e sete por cento do capital social das Águas de Portugal, a empresa-mãe.

Isto só não aconteceu até agora porque há duzentos milhões de passivo. E, agora, é outra vez chamado o erário público para corrigir o erro. Ou pagam os municípios ou pagam os munícipes. Os munícipes não podem pagar, os municípios também não e, agora sim, já se fala num fundo de equilíbrio tarifário. Mas, nisso, já nós, PCP, falamos há muito tempo. Não somos bruxos. É evidente que isso é um bem para os municípios. Mas isso é outra receita para permitir o saneamento financeiro das empresas para, depois, as privatizar. De facto, agora, nenhum empresário nem nenhuma multinacional lá vai meter um tostão. Mas, quando estiverem lá, a factura vem aí a seguir, outra vez.

De facto e objectivamente, há grandes diferenças entre aquilo que a Câmara Municipal paga e aquilo que a Câmara Municipal cobra. Isto quer dizer que a Câmara tem um *deficit* elevado.

Com a eventual privatização da empresa e do recurso água e do serviço de saneamento, aumentarão esses *deficit's* ainda mais ou os munícipes pagarão ainda mais ainda pela água e pelo saneamento.

Portanto, este assunto foi e é um mau negócio para o Município. E pior será ainda com a privatização dos recursos, a não ser que os custos sejam repercutidos nos munícipes. Estamos sempre “entalados”.

Depois desta conversa toda, oito anos depois, eu faço esta pergunta. Acho que os custos não se devem fazer repercutir sobre os munícipes. Acho que não. Aliás, se o fizerem, eles não pagam pois não há dinheiro para isso. Portanto, tem que haver soluções.

A minha pergunta, como Presidente da Junta e para eu dizer à população da minha pequena freguesia – pequena, em área – é: como está a questão do depósito lá em Vila Franca da Beira. Como é que está? Como é que vai ficar? E a E.T.A.R.? Quando é corrigida a E.T.A.R. de Vila Franca da Beira e Aldeia Formosa? E as duas fossas sépticas que drenam a céu aberto? São as perguntas que eu faço, já as faço há oito anos e estão sem resposta. Enfim, há melhorias na questão do serviço do depósito de água.”

Seguidamente, tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Oliveira:

“Em relação a este Ponto e porque votei favoravelmente a recomendação tomada pelo Partido Socialista, não queria também deixar de ressaltar outro tipo de situações que penso que são importantes. De uma forma genérica, esta situação é mais um reflexo da nossa sociedade e da forma como as situações são geridas, acima de tudo pela falta de fiscalização eficaz, o que implica, por vezes, o uso e abuso do que lhes é disponibilizado. Quero com isto dizer que a Câmara, correctamente e dentro de um princípio de apoiar as populações, acha que o que se paga é elevado e eu, pessoalmente, também concordo. Mas, isto não é dar tudo à população porque, se há algum vício que nós temos, é que não estamos educados e a sociedade portuguesa em si não tem mentalidade para saber reagir e agir mediante o que se proporciona. Isto é, se nos derem tudo, gastamos tudo. Se não nos derem nada, choramos. E também só reagimos depois da morte. Quando se tenta passar a mensagem, no que toca à



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acção, a expressão “gastar” é fácil. Quando se passa a mensagem em relação à prevenção, poupar é difícil.

E aqui penso que também seria importante, por parte do Município, não só esta questão de tentar minorizar os custos à população, mas também criar acções de sensibilização e consciencialização do problema que afecta toda a gente, isto é, questões económicas. E, porque não, lançar uma campanha de sensibilização junto das próprias escolas e à população em geral. Se a Câmara começa a dar tudo, gastam tudo. E a questão do poupar não resolvemos porque a nossa sociedade carece de outro tipo de mentalidade que não nos condicione e não nos proteja de determinado tipo de acções.”

Intervenção, depois, o Sr. Presidente da Câmara:

“Queria dizer ao meu amigo Carlos Inácio que o João Dinis, às vezes, é mesmo profeta. E quero ler um extracto da intervenção dele na sessão de vinte e um de Março de dois mil e três: “Neste contexto, dir-se-á que o Município não tem alternativa. Aliás, noutras alturas, o Sr. Presidente da Câmara expressou reservas no processo. Pena é que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital não tenha sido capaz de encontrar outro caminho.” E acrescenta: “Mas também se reconhece que, hoje, a opção está praticamente imposta. É quase que pegar ou alargar e assumir as consequências”.

Não fui eu que agendei este Ponto. Eu não tinha o direito de dizer ao Sr. Presidente da Junta para não agendar pois é um direito que lhe assiste. Por mim, tinha sido muito mais interessante que esta discussão se fizesse mais à frente, onde houvesse alguns dados mais palpáveis, mais concretos. Porque tudo aquilo que foi dito pode não passar do que foi dito.

Mas não tenho dúvidas nenhuma que, seja quem for que esteja nesta Câmara Municipal, se não houver aqui uma inversão e se nós não conseguirmos baixar o preço, deixamos de ter condições financeiras para fazer qualquer tipo de obras porque as verbas passarão a ser para pagar os vencimentos e para pagar a água e o saneamento. Só será para isto, que ninguém tenha dúvidas. E, nas Águas do Zêzere e Côa já há municípios que estão nestas condições. Há um município que não cobra água aos seus munícipes e que não pagava águas às AdZC. E o que é que aconteceu? As Águas do Zêzere fizeram uma injunção e agora o dinheiro vai directo do F.E.F. para as AdZC. Eu não queria era que isto acontecesse à Câmara Municipal. Neste momento, dos dezasseis municípios, só há quatro que têm as contas em dia. Muitas vezes, não é por não quererem pagar mas por dificuldades financeiras.

Mas também queria dizer que todas estas empresas estão debaixo do chapéu das Águas de Portugal. Só que as Águas do Mondego vão também tomar conta das Águas de Leiria. E Coimbra vai receber muito dinheiro pela entrega das Águas de Coimbra, porque até tinham um sistema que funcionava bem e que dava lucro.

Em relação às infra-estruturas, é como eu disse: é um negócio da empresa e serão os técnicos das Águas de Portugal que vão determinar quanto é que as Águas do Mondego terão que pagar às Águas do Zêzere e Côa.

As obras não estão em perigo porque eu não assinei o pedido de nulidade dos contratos. E hoje as obras decorrem normalmente. Se nós sairmos nem sei quem é que vai acabar as obras, se as Águas do Zêzere ou as Águas do Mondego porque têm



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comparticipações financeiras no quadro comunitário. Até podia ser que fossem na mesma as Águas do Zêzere e Côa porque todas trabalham debaixo das Águas de Portugal.

É natural que, se este negócio fosse rentável, os interesses privados já estivessem posicionados em fila. Só onde há grande escala é que isto se resolve.

Gostaria de reafirmar que não acho que seria o momento certo para discutir este assunto porque tudo o que eu disse aqui é o que vamos fazendo mas, neste momento, não posso garantir que vamos para as Águas do Mondego, não posso garantir que saímos das Águas do Zêzere e Côa.

Aquilo que eu quero garantir aqui convosco é que me debatarei intensamente para que baixe o preço da água que compramos e do saneamento. Esse é que é o meu compromisso convosco. É bom ficarmos todos sensibilizados para este problema mas não dei nem posso dar qualquer garantia de mudança. Não há, da minha parte, nenhum compromisso que esta ou aquela vai ser a solução porque eu não sei qual vai ser a solução.”

Seguidamente, o Sr. Carlos Folques pediu a palavra para colocar a seguinte questão:

“Nós temos aqui um problema que é o das águas pluviais. Sejam as Águas do Zêzere e Côa ou sejam as Águas do Mondego, temos este problema. E a pergunta que eu faço é: quanto custa resolver este problema e como resolver este problema.”

Interveio, depois, o Sr. Presidente da Câmara:

”Esta pergunta tem todo o sentido porque, como viram nos mapas, um dos problemas é que, no Verão, as taxas reduzem e o que se paga é substancialmente inferior. O acordo que eu tenho isoladamente com as Águas do Zêzere é nós fazermos os levantamentos e percebermos quais são os sistemas que introduzem mais águas pluviais. Eles próprios não estão interessados em ter as águas pluviais porque o sistema está preparado para tratar esgoto e não águas pluviais. Consegui negociar com eles que a Câmara Municipal faz o diagnóstico de onde há mais entradas de águas pluviais e eles comprometeram-se fazer o projecto e a separação destas águas. Além disso, por causa da questão das águas pluviais, também já nos retiraram cerca de sessenta mil euros na facturação. Portanto, vamos fazer esse levantamento de fundo para tentar minorar este problema.”

Seguidamente, entrou-se no Ponto III da Ordem do Dia – Pedidos de isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis –, tendo o Sr. Presidente da Câmara prestado alguns esclarecimentos adicionais sobre a tomada de posição do Executivo em relação a esta questão.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr. Engº Carlos Maia:

“Sem pretender cortar algumas facilidades que se possam querer dar ou atribuir às empresas, e tentar facilitar, dentro do possível, um pouco do que é a sua actividade e da rentabilidade das suas actividades... Numa situação de recuperação de uma empresa e na recuperação de postos de trabalho em Oliveira do Hospital, acho que o Município deve apoiar, dentro das suas possibilidades. Sempre que houver situações dessas e se houver pedidos de ajuda por parte desses empresários eu entendo que a Câmara Municipal, dentro



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

das suas possibilidades, deverá ajudar.

Agora, muito sinceramente, também acho que deve ser criado aqui algum filtro. E eu estou de acordo com o filtro que a Câmara Municipal está a tentar criar. Porque, comprar-se uma ou duas fracções para pôr uma imobiliária a funcionar ou para criar um escritório de uma empresa, numa altura em que todos nós sabemos que há cortes, que as receitas têm sido o que têm sido, com isenções “a torto e a direito”, qualquer dia querem fazer-se obras e onde é que se vai buscar o dinheiro?

Estou de acordo se houver este princípio que está aqui transcrito na acta, de criação de postos de trabalho. De outra forma, isentar por isentar, não estou de acordo. Com criação de postos de trabalho, acho que é de equacionar essa possibilidade. De outra forma, não estou de acordo.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Eng^o José Vasco:

“Nós obviamente que somos a favor de incentivos para a fixação de empresas no concelho, que criem mais-valias no desenvolvimento sócio-económico local, nomeadamente postos de trabalho.

Estamos de acordo com o Executivo Municipal que, na última reunião, considerou que devia haver indicação de um número mínimo de criação de postos de trabalho pela empresa que solicita essa isenção.

No entanto, relativamente a este processo, surgem algumas dúvidas, nomeadamente acerca da empresa Metrolinear, que menciona a aquisição de duas fracções em locais diferentes da cidade, pelo que solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara que nos informe se as duas fracções vão ter as portas abertas ao público o exercício da actividade da empresa.

Neste contexto, para votarmos, é fundamental estarmos na posse de todos os elementos que nos permitam decidir em consciência. “

Intervio, depois, o Sr. Rui Abrantes:

“Em relação a este Ponto III, eu gostava de colocar aqui dúvidas para todos reflectirmos. Concordo com o princípio que foi aprovado na Câmara, por unanimidade. Mas, irá esse princípio colidir ou não com a legislação? O decreto-lei prevê uma série de condições que, se forem cumpridas, deve isentar-se. Será que a Câmara poderá sobrepor-se ao decreto-lei? Esta é a questão, só para depois, *a posteriori*, evitar que o munícipe que pediu a isenção não venha reclamar para o Tribunal Administrativo, lhe seja dada razão e, eventualmente, tenha que ser ressarcido desse valor. Isto é tudo matéria para a reflexão. A Câmara, para todos os efeitos, sobre põe-se a uma lei.

A segunda questão é: na realidade, estes dois pedidos são completamente diferentes. Por acaso, até me dei ao trabalho de imprimir o decreto-lei e parece-me que – não sendo eu jurista – houve uma falha dos serviços relativamente à Metrolinear. A informação dos serviços remete-nos para o artigo 43^o do Decreto-Lei n^o 108/2008, e também para os artigos 2^o e 3^o do Decreto-Lei 55/2008. E, pela leitura da alínea d) do ponto 1 do artigo 2^o do Decreto-Lei 55/2008, verifica-se que refere como condição “*situarem a sua actividade principal nas áreas beneficiárias*”. E, no ponto 2, diz que “*considera-se que a actividade*



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

principal é situadas nas zonas beneficiárias quando os sujeitos tenham a sua sede ou direcção efectiva nessas áreas e nelas se concentre mais de setenta e cinco por cento da respectiva massa salarial". Nós lemos que esta empresa tem sede no Porto. Por isso, isto acabou aqui em relação à Metrolinear.

E, depois, há aqui outra situação que deve ser só coincidência: em relação a esta empresa, os serviços dizem assim *"o pedido deve ser, assim, submetido a reunião de Câmara e posterior remessa à Assembleia Municipal, a quem compete autorizar a isenção"*. Mas, em relação ao Manuel da Silva & Filho, não diz isso. Diz que *"o pedido mostra-se correctamente instruído..."*. Na Metrolinear isso não é referido mas eu penso que deve ter sido só uma pequena falha dos serviços.

No que diz respeito a Manuel da Silva & Filho, eu devo lembrar que há dois meses atrás isentámos, nesta Assembleia, um outro município exactamente nas mesmas condições. Os pressupostos são os mesmos. Que se alterem, mesmo correndo o risco de ir contra a lei, tudo bem. Mas devemos, quando as pessoas vêm à Câmara, dizer quais são os pressupostos que vigoram. Não podemos agora votar esta situação tendo em conta que os critérios mudaram depois de Manuel da Silva & Filho pedir a isenção.

Isto para sermos coerentes e tendo em conta que há menos de dois meses votámos favoravelmente uma. Acho que isto até pode parecer que estamos aqui a fazer votações por questões pessoais. Queria, assim, deixar isto à consideração."

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. João Esteves:

"Vem aqui falar daquilo que conheço e venho também falar daquilo que foi a minha tomada de posição aquando da votação que se fez aqui para o último pedido que foi efectuado nesta Assembleia, em Setembro. Tomei uma certa posição e agora venho um bocadinho "dar a mão à palmatória" a essa posição tomada.

Inicialmente, como se previu e estava a acontecer, havia muito poucos pedidos de isenção de I.M.T. para estas situações. Demos a primeira isenção há uns anos e que foi para a aquisição de uma loja. Em Setembro, a Assembleia deu a isenção para a aquisição de outra loja, onde já existia um gabinete de contabilidade. Agora, vem aqui o pedido de isenção para a mudança dos escritórios de uma empresa e o outro pedido que não percebo se é para escritório ou se é para mudar para aqui a sede, a Metrolinear. Esta empresa tem a sede no Porto, exerce a sua actividade no Porto, exerce a actividade de imobiliária e também toma conta dos bens imobiliários que adquire.

Eu venho "dar a mão à palmatória" e estou a mudar a minha posição porque estive a aprofundar a legislação e cheguei à conclusão que estes pedidos que estão a ser efectuados não é do espírito do legislador. O legislador, quando deu a isenção para a aquisição destes imóveis para criação de postos de trabalho e desenvolvimento, é no sentido do desenvolvimento da actividade económica de natureza agrícola, comercial e industrial. Isso é que foi o espírito do legislador quando criou essa situação. E para as zonas desfavorecidas.

Mas, como agora parece que há uma grande afluência de pedidos de isenção de I.M.T., se isto se generaliza sem pormos um pouco de travão, a Câmara vai perder muita receita.

Quanto ao que o Rui Abrantes disse se havia um problema de nós estarmos a recusar a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

isenção e a ir contra a lei, eu tenho uma opinião que é a seguinte: a lei diz que essas pessoas se podem candidatar e que podem pedir a isenção. Mas não quer dizer que seja uma isenção tácita. Quem decide se é dada isenção ou não é, é a própria Assembleia.

Por isso, é que eu estou a mudar a opinião que tive em Setembro. A meu ver, acho que a deliberação que foi tomada no Executivo tem a sua razão de ser e eu concordo com ela. Acho que o Executivo deve debruçar-se sobre esta situação e impor regras para a isenção do I.M.T.. É algo que se pode verificar, se essas isenções vêm ou não desenvolver actividades novas e criar desenvolvimento no Município.

Inclusivamente, tenho aqui uma proposta a fazer relativamente aos dois pedidos e que vou ler:

“Para evitar a quantidade de pedidos de isenção de I.M.T. por diversas empresas que, na maior parte das vezes, não traz qualquer interesse económico e social para o concelho, e vindo inclusivamente a contrariar o espírito do legislador, que tinha em mente dar o benefício às empresas que se encontram em zonas economicamente desfavorecidas, mas com intenção de criar postos de trabalho e contribuir para o desenvolvimento da região, proponho que se adie a votação deste Ponto e que o Executivo fixe um número limite de postos de trabalho para que se possa conceder isenção de I.M.T..”

Quanto ao que disse o Rui Abrantes sobre a questão da sede, eu tenho uma coisa a dizer: isso só se aplica para a redução da taxa de I.R.C., mais nada.”

Intervio, depois, o Presidente da Junta de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Oliveira:

“Eu, em Setembro, fui dos poucos que votei contra. E, na altura, justifiquei-o e sustentabilizei-o. E hoje, uma das situações que na altura salvaguardei, foi a questão de começar-se a abrir e a dispersar-se excepções. Na altura reforcei também os condicionalismos económicos mas não só. Tendo em conta essa situação e outra que, já na altura, achava por bem alertar e que é a questão do oportunismo, neste caso, legal. A lei assim o permite e então há quem utilize esse oportunismo.

O que eu gostaria aqui de deixar no ar e indo de encontro ao que o Sr. Esteves disse, era dar um exemplo de dimensão maior. Porque, de forma indirecta, eu não sei até que ponto a Assembleia não iria entrar naquilo que é a economia paralela. O exemplo é: temos uma fábrica de confecções, cessa por insolvência, por dívidas, e, a seguir, os mesmos donos abrem uma nova fábrica cá em Oliveira e têm cento e cinquenta postos de trabalho. E chegam aqui e pedem a dita isenção. Até que ponto é que nós iríamos reagir a dar um parecer favorável a uma isenção de uma empresa que, derivado a dívidas fiscais ou de outra natureza, estava em incumprimento?

E, desculpem o termo, estaríamos a cometer uma economia paralela, ou seja estávamos a permitir que fugisse a um acto que ele, do outro lado, não cumpriu.”

Intervio, em seguida, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves:

“Esclarecida a questão legal, que me parece ser pertinente a questão levantada em relação à sede, nós não podíamos, de facto, votar hoje aqui. Mas, como foi esclarecido e ainda bem, restam as outras questões.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Parece-me que a Câmara precisa de receita. Isso é um princípio que temos que ter em atenção. Aliás, sempre o tivemos mas temos que ter em atenção cada vez mais.

Quanto à questão que foi posta sobre a coerência, por já termos deliberado num sentido e hoje, eventualmente, deliberarmos noutra forma, penso que não há problema nenhum. A Assembleia Municipal tem toda a maleabilidade para fazer isso.

Quanto à questão da casuística, a lei não estabelece nenhum critério. Não estabelecendo, não me parece que nos compete a nós estabelecê-lo e muito menos à Câmara, com todo o respeito pela proposta feita. A Câmara ficava aqui quase a regulamentar a actividade da Assembleia Municipal. Portanto, também não é por aí. O que eu acho é que a lei pode estar mal feita mas, a meu ver, nós temos que continuar a decidir caso a caso.

E, neste caso concreto, a minha opinião é a de que devemos rejeitar, por todas as razões que já foram aqui ditas, nomeadamente a questão da necessidade de receitas por parte da Câmara e o desconhecimento da criação de postos de trabalho.

Nós não podemos desencadear agora aqui um processo de aprovação de isenções sucessivas só porque elas são pedidas. Sendo assim, acho que devemos pôr um pouco de moral nisto.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Penso que a proposta do João Esteves tem muita lógica.

Mas queria dar um esclarecimento em relação à posição dos Srs. Vereadores na reunião da Câmara. Nós não contrariamos a lei. Por uma razão simples: não temos competência para a contrariar.

Porque é que estas isenções deviam ir a reunião de Câmara? O que é que lá vão fazer? Na minha opinião, nada. Não vão lá fazer nada porque, independentemente de nos pronunciarmos favoravelmente ou desfavoravelmente, essa competência é da Assembleia Municipal, não é nossa.

Por isso, penso que a proposta do João Esteves é uma proposta lógica, até porque eu penso que esta proposta dos dois trabalhadores devia ser equacionada e discutida de outra forma porque este número não é significativo. Para haver uma isenção tem que haver algum significado no mercado de trabalho de Oliveira do Hospital.

Gostei que o meu amigo João Esteves dissesse que foi capaz de reflectir. Só as pessoas grandes são capazes de dizer que tinham uma perspectiva e que mudaram.

Perante esta situação e a quebra de receitas, percebemos que o espírito do legislador, como referiu o João Esteves, era o incentivo para a criação de verdadeiro desenvolvimento e não para o negócio puro.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Se me é permitido também ter uma opinião, parece-me que, para quem está para fazer a aquisição, ficar três meses à espera, é um bocado problemático. Assim, preferia que se



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tivessem isso em conta.

Penso que este é um assunto que deve ser estudado com algum cuidado pois não vamos nós estar a correr o risco de estarmos aqui a votar uma ilegalidade, o que não nos fica bem.

Das duas, uma: ou suspendemos ou votamos. Mas parece-me – até pela intervenção do Rui Abrantes – que esta votação não deve ser feita em conjunto.”

Seguidamente, o Sr. João Esteves pediu a palavra para referir que retirava a proposta que tinha apresentado, tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal retomado a palavra:

“Vamos, então, colocar os pedidos à votação e que se decida em consciência. E acho que, de futuro, é estudarmos esta questão em profundidade para termos, depois, uma posição que não nos ofereça quaisquer dúvidas.

Também penso que, de futuro, as pessoas deviam assumir logo um compromisso dos postos de trabalho que vão criar, senão vamos estar a dar um cheque em branco”.

A Mesa colocou, então, à votação o pedido de isenção formulado pela empresa Metrolinear – Investimentos Imobiliários, S.A., tendo sido indeferido com trinta e seis votos contra e três abstenções.

Colocado, depois, à votação o pedido formulado pela empresa Manuel da Silva & Filho – Sociedade de Construções, Lda., foi o mesmo indeferido, com vinte e nove votos contra e nove abstenções.

Terminadas as votações, o Sr. Rui Abrantes fez a seguinte declaração do voto:

“Para que conste, eu votei favoravelmente porque entendo que, de há dois meses para cá, as circunstâncias são as mesmas e que, há dois meses, o problema das receitas da Câmara era o mesmo que tem hoje. Devíamos parar isto de hoje para a frente. E, quando o Manuel da Silva meteu o requerimento, essa norma não estava criada e acho que está a ser penalizado injustamente.”

O Sr. Eng^o José Vasco fez também a seguinte declaração de voto:

“Eu gostava de dizer que, tendo em conta as dúvidas aqui criadas, inclusivamente até de ordem legal, eu não me encontro em condições de, em consciência, poder votar a favor ou contra. Por isso, abstive-me.”

Por fim, interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Fazia a recomendação que este assunto fosse, do ponto de vista legal, analisado com alguma profundidade porque é verdade que começamos a ter uma “assiduidade” de pedidos que não era comum. Estamos confrontados com um problema que era uma exceção e que agora, com o tempo, parece que está a querer virar uma regra.

Perante isso, descuidados estaríamos nós se não estivéssemos atentos ao fenómeno. Isso não nos envergonha, nem sequer deixa de ser um elemento a ter em conta para a fundamentação.

Também me comprometo, eu próprio, em tentar compreender esse fenómeno um



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bocadinho melhor. E pedia ao Sr. Presidente da Câmara que mandasse os serviços estudar este assunto em pormenor, de forma a podermos tomar decisões mais conscientemente.”

Terminadas as intervenções, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nenhuma intervenção sobre esta matéria e sendo uma hora e quarenta e cinco minutos, o Sr. Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim _____
Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____